



**2010**

**RELATÓRIO DE GESTÃO SEMESTRAL**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## CÂMARA MUNICIPAL

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
António Gonçalves Bragança Fernandes

**VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
António Domingos Silva Tiago

**VEREADOR**  
Mário José Gomes Gouveia

**VEREADORA**  
Ana Miguel Ferrelra da Silva Vieira de Carvalho

**VEREADOR**  
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

**VEREADOR**  
José Manuel Santos Correia

**VEREADOR**  
Paulo Fernando de Sousa Ramalho

**VEREADORA**  
Marta Moreira de Sá Peneda

**VEREADORA**  
Marta Inês Loureiro Rodrigues

**VEREADOR**  
Manuel Marques Nogueira dos Santos

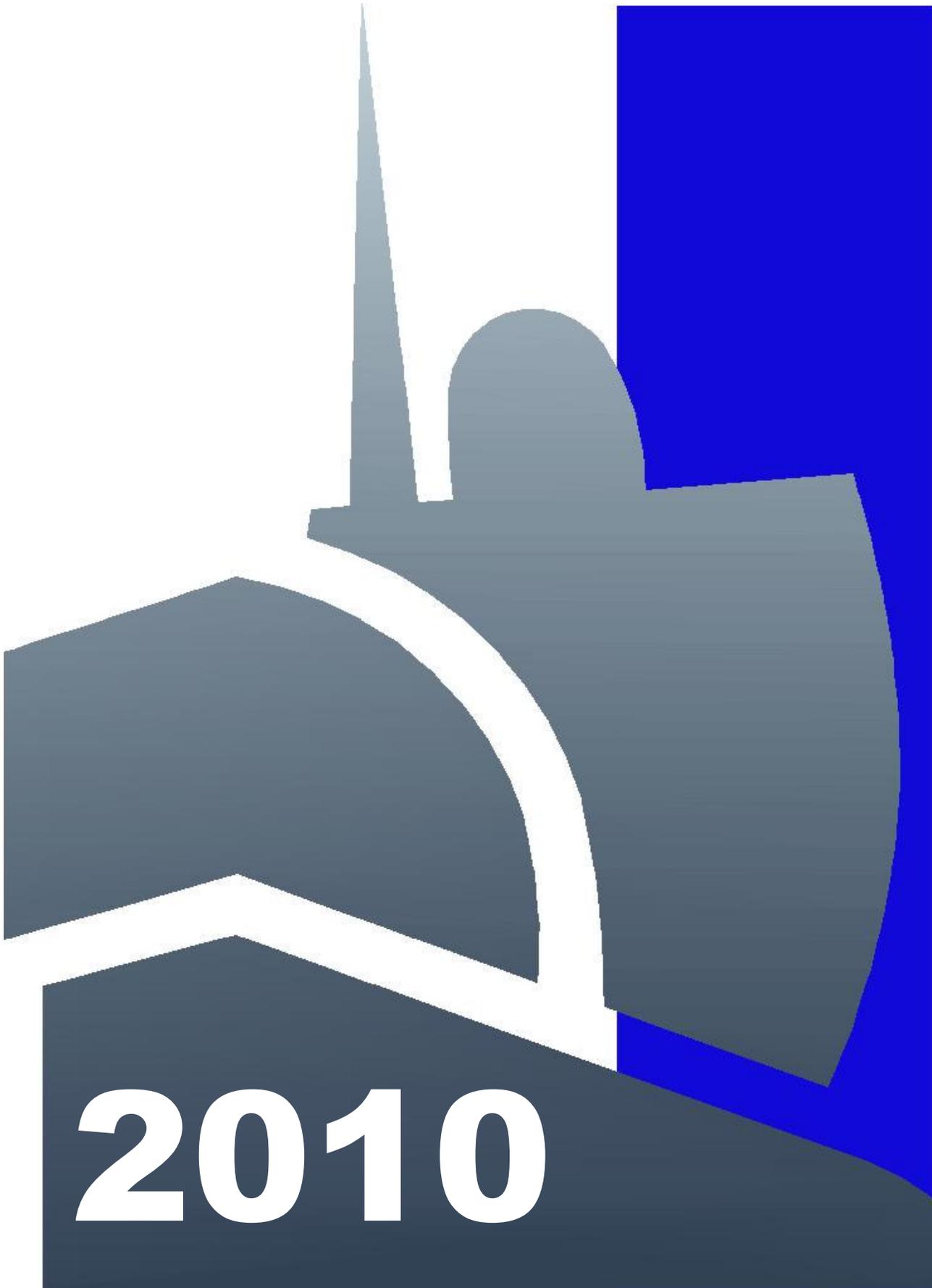
**VEREADOR**  
Hernâni Avôlino de Costa Ribeiro

# 2010

**RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL





**ÍNDICE**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>ANÁLISE ORÇAMENTAL</b>	<b>3</b>
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL	5
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	6
ALTERAÇÕES E REVISÕES	6
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	8
EXECUÇÃO DA RECEITA	9
EXECUÇÃO DA DESPESA	10
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM	11
Fluxos de Caixa	11
Contas de ordem	12
<b>ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>15</b>
<b>ENQUADRAMENTO</b>	<b>17</b>
<b>ENDIVIDAMENTO – STRICTO SENSU</b>	<b>18</b>
DÍVIDA TOTAL	18
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	19
SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	21
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA	23
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	25
<b>ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU</b>	<b>27</b>
LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	27
ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS	28
LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	30
Limite dos Empréstimos de Curto Prazo	30
Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo	31
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL	34
<b>ANÁLISE PATRIMONIAL</b>	<b>39</b>
<b>BALANÇO</b>	<b>41</b>
ACTIVO NÃO CORRENTE	42
ACTIVO CORRENTE	43
PASSIVO	45
FUNDOS PRÓPRIOS	47
<b>RESULTADOS</b>	<b>48</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS)</b>	<b>51</b>
<b>RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC</b>	<b>57</b>



## INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 48º da Lei das Finanças Locais, compete ao auditor externo que procede à revisão legal das contas remeter semestralmente ao Órgão Deliberativo do Município informação sobre a respectiva situação económico-financeira.

O presente relatório de gestão semestral, o primeiro a ser apresentado nestes termos, encerra no, essencial, e sem que contenha a profundidade e extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da execução orçamental e da situação económica e financeira do Município à data de 30 de Junho de 2010.

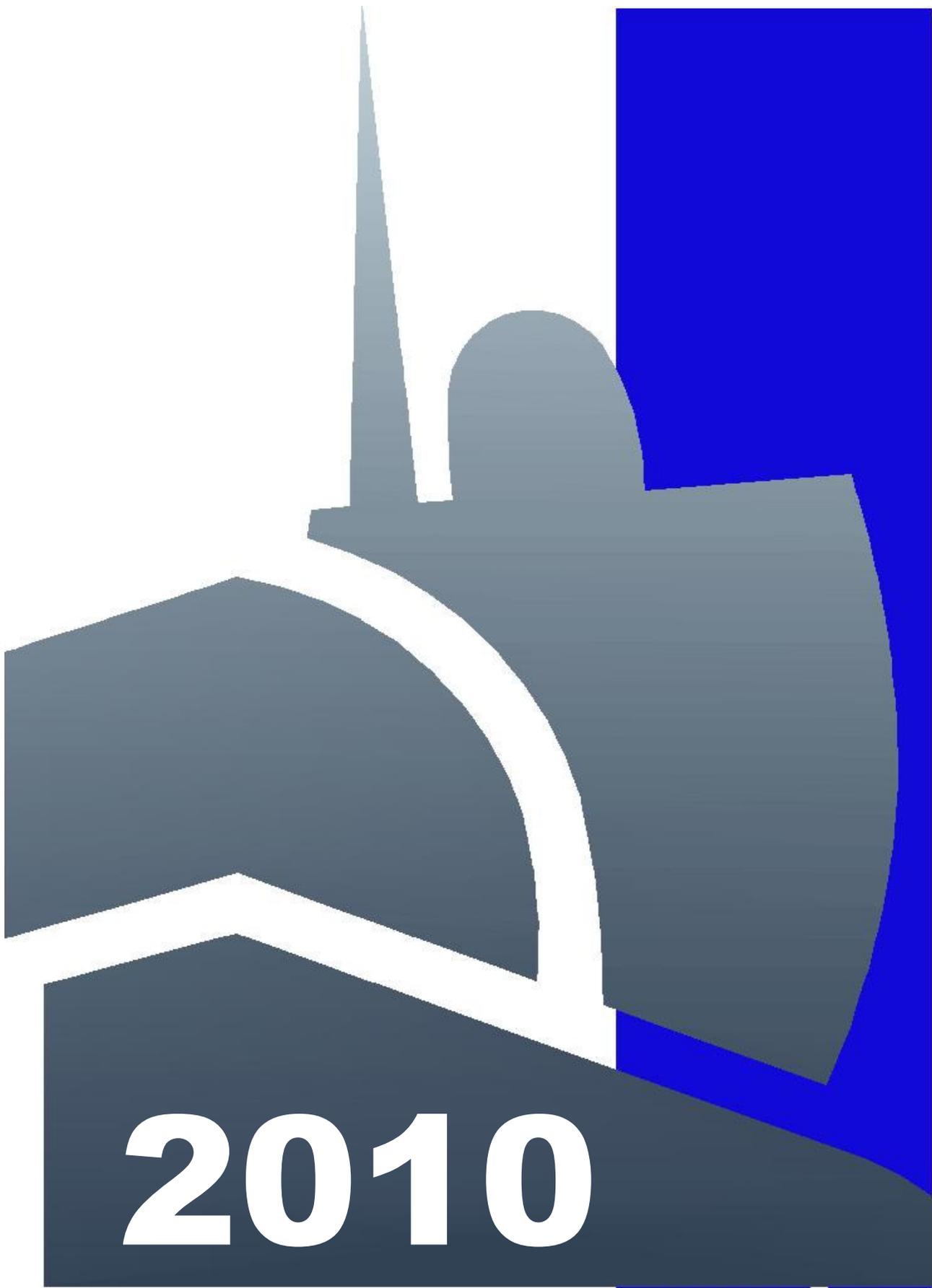
Considerando a necessidade de sistematizar os diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, afigura-se assim estruturado:

No primeiro capítulo desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada na execução global do orçamento, suas alterações e revisões, assim como nos fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma breve abordagem à Receita e à Despesa Municipal.

No segundo capítulo inclui-se uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública.

Por último, insere-se uma análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.





**2010**

**ANÁLISE ORÇAMENTAL**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## ANÁLISE ORÇAMENTAL

Com o objectivo de avaliar a capacidade financeira do município em executar o orçamento proposto, promove-se de seguida uma breve comparação entre orçamento inicial, final e o executado.

Considerada a inexistência de um orçamento semestral interessa anotar que durante o período em análise não é possível alcançar, na quase totalidade das rubricas, taxas de execução de 100%, podendo no limite ser desejável atingir índices de 50%, como é o caso das rubricas que estão associadas a actividades municipais, que apresentam um comportamento regular e sistemático ao longo do ano económico, sendo disso exemplo a maior parte da actividade operacional do município caracterizada por grande sazonalidade.

Perante as anteriores considerações, regista-se que a análise comparativa dos níveis de execução durante este primeiro semestre de 2010 é realizada com base nos dados produzidos em período análogo do ano anterior, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança efectiva, e a taxa de execução da despesa às obrigações efectivamente pagas e não à despesa realizada.

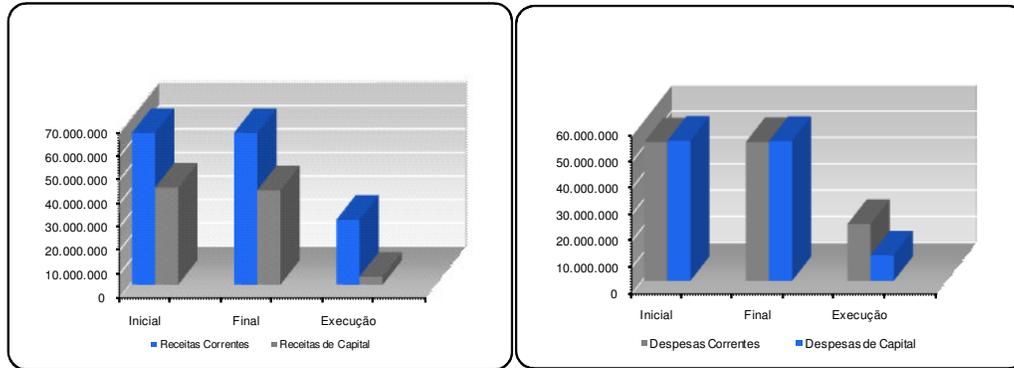
### ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL

ORÇAMENTO DO 1º SEMESTRE DE 2010						
	Previsão			Execução		Taxa de Execução %
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	
Receitas Correntes	64.519.223	64.519.223	0	27.559.460	-36.959.763	42,72 %
Receitas de Capital	4.124.1537	40.167.832	-1.073.705	3.405.765	-36.762.067	8,48 %
Outras Receitas	100	100	0	7.011	6.911	7011,23 %
Saldo da gerência anterior		1.073.705	1.073.705	1.073.705	0	100,00 %
<b>Total</b>	<b>105.760.860</b>	<b>105.760.860</b>	<b>0</b>	<b>32.045.941</b>	<b>-73.714.919</b>	<b>30,30 %</b>
Despesas Correntes	52.618.790	52.701.875	83.085	21.584.819	-31.117.056	40,96 %
Despesas de Capital	53.142.070	53.058.985	-83.085	9.674.947	-43.384.038	18,23 %
<b>Total</b>	<b>105.760.860</b>	<b>105.760.860</b>	<b>0</b>	<b>31.259.766</b>	<b>-74.501.094</b>	<b>29,56 %</b>

Unidade: Euros

Da observação dos dados acima reproduzidos conclui-se que durante este primeiro semestre de 2010 o orçamento municipal não sofreu qualquer alteração na sua dotação global, mantendo-se a previsão final nos valores inicialmente aprovados que remontam a 105.760.860 €. Embora o orçamento tenha sido sujeito a oito modificações, procederam apenas as mesmas de meros reajustamentos entre rubricas de classificação económica, sem qualquer impacto na sua dotação final.

**COMPARAÇÃO ENTRE ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E EXECUTADO**  
1.º SEMESTRE DE 2010



### **MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS**

#### **ALTERAÇÕES E REVISÕES**

Em matéria de execução orçamental, muitas das vezes é necessário reforçar e/ou anular a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efectivas necessidades do ciclo de gestão, o que forçosamente determinou a realização de oito modificações orçamentais no período em apreço, porém sem qualquer impacto na dotação global do orçamento, como a seguir se identifica:

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
1.º Semestre de 2010		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	7	1
Plano Plurianual de Investimentos	5	1
Plano de Actividades Mais Relevantes	7	1
Orçamento da Receita	1	0

Unidade: Número

Centrada a análise na forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos sucessivos ajustamentos efectuados, agregam-se no quadro seguinte os reforços e as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita.

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>52.618.790</b>	<b>49,75%</b>	<b>4.820.297</b>	<b>4.737.212</b>	<b>52.701.875</b>	<b>49,83%</b>	<b>83.085</b>	<b>0,16%</b>
01 Despesas com o pessoal	20.409.300	19,30%	3.705.300	3.419.099	20.695.501	19,57%	286.201	1,40%
02 Aquisição de Bens e Serviços	21.328.990	20,17%	909.797	1.261.114	20.977.674	19,84%	-351.316	-1,65%
03 Juros e Outros Encargos	2.539.450	2,40%	3.000	0	2.542.450	2,40%	3.000	0,12%
04 Transferências Correntes	3.941.400	3,73%	71.200	34.000	3.978.600	3,76%	37.200	0,94%
05 Subsídios	3.123.050	2,95%	0	5.000	3.118.050	2,95%	-5.000	-0,16%
06 Outras Despesas Correntes	1.276.600	1,21%	13.100	18.000	1.389.600	1,31%	113.000	8,85%
<b>Despesas Capital</b>	<b>53.142.070</b>	<b>50,25%</b>	<b>1.473.060</b>	<b>1.556.145</b>	<b>53.058.985</b>	<b>50,17%</b>	<b>-83.085</b>	<b>-0,16%</b>
07 Aquisição de Bens de Investimento	39.553.520	37,40%	1.457.935	1.556.145	39.455.310	37,31%	-98.210	-0,25%
08 Transferências de capital	6.010.700	5,68%	0	0	6.010.700	5,68%	0	0,00%
09 Activos Financeiros	61.250	0,06%	15.125	0	76.375	0,07%	15.125	24,69%
10 Passivos Financeiros	7.456.850	7,05%	0	0	7.456.850	7,05%	0	0,00%
11 Outras Despesas de Capital	59.750	0,06%	0	0	59.750	0,06%	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>105.760.860</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.293.357</b>	<b>6.293.357</b>	<b>105.760.860</b>	<b>100,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>

Um Euro

Em consequência das sete alterações executadas ao orçamento da despesa registaram-se reforços no valor global de 6.293.357 €, que tiveram como única contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas. Revela-se que a componente com maior modificação positiva foi a do grupo das “Despesas com o Pessoal”, produto sobretudo de novas necessidades decorrentes das transferências de competências da administração central em matéria educacional não contempladas em sede de elaboração do orçamento.

Comportamento inverso está indexado à rubrica de “Aquisição de Bens e Serviços”, que no cômputo geral sofreu modificações negativas no valor de (-) 351.316 €, o correspondente a uma diminuição das dotações iniciais de (-)1,65%, em resultado de algum esforço de contenção de despesa nesta área.

No âmbito das Despesas de Capital regista-se que a modificação negativa assinalada no grupo de “Aquisição de Bens de Investimento”, realizada a título excepcional, teve por fim financiar o reforço do grupo das “Despesas com o Pessoal” em consequência das razões anteriormente expostas. As demais modificações consubstanciadas nas outras quatro alterações ao Plano Plurianual de Investimentos destinaram-se apenas a proceder a meros reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a diversos projectos.

Na alçada do Plano das Actividades Mais Relevantes nenhuma das sete alterações formalizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento, tendo como único objectivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projectos.

Idêntico raciocínio se estende às revisões efectuadas em matéria de impacto nas dotações globais, sendo de registar que as revisões realizadas tiveram como objectivo incluir dois projectos:

- A “Construção de Espaço de Quarentena, tendo em vista ampliação do Zoo da Maia”, no Plano Plurianual de Investimentos;
- A “Adesão do Município a uma Agência de Energia Intermunicipal da AMP”, no Plano de Actividades Municipais.

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>64.519.223</b>	<b>61,00%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>64.519.223</b>	<b>61,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
01 Impostos Directos	36.904.000	34,89%			36.904.000	34,89%	0	0,00%
02 Impostos Indirectos	6.069.200	5,74%			6.069.200	5,74%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	14.650	1,34%			14.650	1,34%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	3.016.600	2,85%			3.016.600	2,85%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	13.929.679	13,17%			13.929.679	13,17%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	2.702.800	2,56%			2.702.800	2,56%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	480.444	0,45%			480.444	0,45%	0	0,00%
<b>Receitas Capital</b>	<b>41.241.537</b>	<b>39,00%</b>	<b>0</b>	<b>1.073.705</b>	<b>40.167.832</b>	<b>37,98%</b>	<b>-1.073.705</b>	<b>-2,60%</b>
09 Venda de Bens de Investimento	29.729.435	28,11%		1.073.705	28.655.730	27,09%	-1.073.705	-3,61%
10 Transferência de Capital	11.355.902	10,74%			11.355.902	10,74%	0	0,00%
11 Activos Financeiros	100	0,00%			100	0,00%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros		0,00%				0,00%	0	0,00%
13 Outras Receitas de Capital	156.100	0,15%			156.100	0,15%	0	0,00%
<b>Outras Receitas</b>	<b>100</b>	<b>0,00%</b>	<b>1.073.705</b>	<b>0</b>	<b>1.073.805</b>	<b>1,02%</b>	<b>1.073.705</b>	<b>1073705,14%</b>
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	100	0,00%			100	0,00%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior		0,00%	1.073.705		1.073.705	1,02%	1.073.705	
<b>TOTAL</b>	<b>105.760.860</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.073.705</b>	<b>1.073.705</b>	<b>105.760.860</b>	<b>100,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>

Unidade: Euros

A única alteração formalizada ao Orçamento da Receita teve por fim a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior”, no montante de 1.073.705 €, sem que tivesse tido qualquer impacto na dotação global do orçamento ao proceder-se ao respectivo ajustamento por via da diminuição do saldo da rubrica “Venda de Bens de Investimento”, esta com dotação excedentária, fruto da ainda não concretização de um conjunto de expectativas de arrecadação de receita, atentas circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL								
	1º SEMESTRE DE 2009				1º SEMESTRE DE 2010			
	Previsão	Execução	Desvio	Taxa	Previsão	Execução	Desvio	Taxa
				Execução %				Execução %
Receitas Correntes	60.634.181	28.978.184	-31.655.997	47,79%	64.519.223	27.559.460	-36.959.763	42,72%
Receitas de Capital	58.539.743	2.086.727	-56.453.016	3,56%	40.167.832	3.405.765	-36.762.067	8,48%
Outras Receitas	1.000	11.178	10.178	1117,81%	100	7.011	6.911	7011,23%
Saldo da gerência anterior					1.073.705	1.073.705	0	100,00%
<b>Total</b>	<b>119.174.924</b>	<b>31.076.089</b>	<b>-88.098.835</b>	<b>26,08%</b>	<b>105.760.860</b>	<b>32.045.941</b>	<b>-73.714.919</b>	<b>30,30%</b>
Despesas Correntes	58.608.510	20.431.219	-38.177.292	34,86%	52.701.875	21.584.819	-31.117.056	40,96%
Despesas de Capital	60.566.414	8.494.749	-52.071.665	14,03%	53.058.985	9.674.947	-43.384.038	18,23%
<b>Total</b>	<b>119.174.924</b>	<b>28.925.968</b>	<b>-90.248.956</b>	<b>24,27%</b>	<b>105.760.860</b>	<b>31.259.766</b>	<b>-74.501.094</b>	<b>29,56%</b>

Unidade: Euros

Apreciando os dados antecedentes anota-se que os níveis de execução orçamental das diferentes rubricas de classificação económica apresentam, comparativamente ao período homólogo do ano anterior, um aumento da execução no que toca à despesa, prenúncio do esforço desenvolvido pelo

município em matéria de pagamentos, não obstante a redução aferida, apesar de ténue, na receita arrecadada excluído que seja o saldo transitado.

Destaca-se igualmente que para o processamento destes pagamentos concorreu não só o total de receitas arrecadadas durante este período como a utilização de parte do saldo transitado da gerência anterior, o que motivou a alteração promovida em sede do orçamento de receita para integração do respectivo saldo.

## EXECUÇÃO DA RECEITA

Estrutura Geral da Receita						
Descrição	1.º Semestre 2009		1.º Semestre 2010		Variação da Cobrança 2009/2010	
	Execução (a)	Dotação Inicial (b)	Execução (c)	Taxa de Execução (c)/(b)	Valor (c)-(a)	Taxa variação [(c)-(a)]/(a)
<b>Receitas Correntes:</b>	<b>28.978.184</b>	<b>64.519.223</b>	<b>27.559.460</b>	<b>42,72%</b>	<b>-1.418.724</b>	<b>-4,90%</b>
<b>Impostos Directos</b>	<b>16.592.537</b>	<b>36.904.000</b>	<b>14.317.973</b>	<b>38,80%</b>	<b>-2.274.564</b>	<b>-13,71%</b>
Imposto Municipal s/ Imóveis	8.896.026	17.352.000	9.646.133	55,59%	750.157	8,43%
Imposto Único de Circulação	1070.087	2.206.800	1.149.205	52,08%	79.118	7,39%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	3.700.472	8.283.000	2.961.730	35,76%	-738.743	-9,96%
Derrama	2.808.514	8.850.100	509.206	5,75%	-2.299.308	-81,87%
Contribuição Autárquica	73.542	126.300	18.256	14,45%	-55.286	-75,81%
Imposto de Sisa	11.227	22.300	12.097	54,25%	870	7,75%
Imposto Municipal s/ Veículos	0	100	0	0,00%	0	
Contribuição Especial	32.667	51000	21.295	41,76%	-11.372	-34,81%
Outros		12.400	0	0,00%	0	
<b>Impostos indirectos, Taxas Multas e Outras Penalidades</b>	<b>2.570.793</b>	<b>7.485.700</b>	<b>2.571.289</b>	<b>34,35%</b>	<b>496</b>	<b>0,02%</b>
Mercados e Feiras	12.441	25.400	26.667	104,99%	14.226	114,34%
Loteamentos e Obras	2.074.027	6.038.900	2.088.075	34,58%	14.047	0,68%
Ocupação da Via Pública	34.352	598.600	39.267	6,56%	4.915	14,31%
Publicidade	208.628	229.900	244.481	106,34%	35.853	17,81%
Caça, uso e porte de arma	0	300	0	0,00%	0	
Multas e Outras Penalidades	96.052	263.200	55.082	20,93%	-40.970	-42,65%
Outros	115.293	329.400	117.718	35,74%	-27.575	-8,98%
<b>Rendimentos de Propriedade</b>	<b>1.235.067</b>	<b>3.016.800</b>	<b>1.585.604</b>	<b>52,56%</b>	<b>350.536</b>	<b>28,38%</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>6.784.867</b>	<b>13.929.679</b>	<b>7.170.710</b>	<b>51,48%</b>	<b>385.842</b>	<b>5,69%</b>
<b>Venda de Bens e Prestação de Serviços</b>	<b>1.689.106</b>	<b>2.702.800</b>	<b>1.872.455</b>	<b>69,28%</b>	<b>183.350</b>	<b>10,85%</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>105.814</b>	<b>480.444</b>	<b>41.429</b>	<b>8,62%</b>	<b>-64.385</b>	<b>-60,85%</b>
<b>Receitas de Capital:</b>	<b>2.086.727</b>	<b>41.241.537</b>	<b>3.405.765</b>	<b>8,26%</b>	<b>1.319.038</b>	<b>63,21%</b>
<b>Venda de Bens de Investimento</b>	<b>30.481</b>	<b>29.729.435</b>	<b>1.111.190</b>	<b>3,74%</b>	<b>1.080.709</b>	<b>3545,48%</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>1.842.976</b>	<b>11.355.902</b>	<b>2.292.420</b>	<b>20,19%</b>	<b>449.444</b>	<b>24,39%</b>
<b>Activos Financeiros</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>2.155</b>	<b>2155,41%</b>	<b>2.155</b>	
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>0</b>	
<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>213.270</b>	<b>156.100</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>	<b>-213.270</b>	<b>-100,00%</b>
<b>Outras Receitas</b>	<b>11.178</b>	<b>100</b>	<b>7.011</b>	<b>7011,23%</b>	<b>-4.167</b>	<b>-37,28%</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>31.076.089</b>	<b>105.760.860</b>	<b>30.972.236</b>	<b>29,29%</b>	<b>-103.853</b>	<b>-0,33%</b>
Saldo da Gerência Anterior			1073.705			
<b>Total da Receita com Saldo da Gerência Anterior</b>			<b>32.045.941</b>			

No cômputo geral da receita, não obstante o grau global de cobrança apresentar níveis aproximados aos da gerência anterior, ao atingir 30.972.236 €, não é de desprezar o decréscimo de (-)5% na rubrica de receitas correntes, designadamente a redução na ordem dos (-)14% dos impostos directos, esta em muito devida ao comportamento da derrama, cuja diminuição rondou os (-)82%, e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), que reduziu (-)20%.

De facto, regista-se ao nível dos impostos directos menos 2.274.564 € de receita arrecadada comparativamente ao primeiro semestre de 2009, sobretudo por via da influência de (-)2.299.308 € de Derrama e de (-)7 38.743€ do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, valores

entretanto amortecidos pelo aumento em (+)750.157 € da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

No item “Impostos Indirectos, Taxas, Multas e outras Penalidades” importa de igual modo assinalar que, embora a receita proveniente da área de “Loteamentos e Obras” quando considerada globalmente se situe em valores semelhantes aos do ano transacto, se individualiza ao nível dos processos apresentados por particulares exhibe uma quebra significativa de (-)29%, (-)152.117 €, o que não deixa de constituir reflexo da actual conjuntura económica recessiva.

Como é usual, continua a ser a rubrica das Receitas Correntes a que apresenta maior peso na execução, ao atingir o montante de 27.559.460 € a que equivale 90% do total de receita arrecadada, com principal proveniência nos já referenciados impostos directos que absorvem 46% deste valor.

Tal com em anos anteriores as Receitas de Capital em sede de cobrança efectiva permaneceram muito aquém do previsto, ao totalizarem 3.405.765 €, sendo aqui de diferenciar o proveito que adveio da constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior, no montante de 1.000.000 €, em resultado da venda do lote de terreno n.º 2, sito no lugar de Real, Vermoim-Maia.

## EXECUÇÃO DA DESPESA

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA						
Descrição	1º Semestre 2009		1º Semestre 2010		Variação da Despesa Paga 2009/2010	
	Despesa Paga (a)	Dotação Actual (b)	Despesa Paga (c)	Taxa de Execução (c)/(b)	Valor (c)-(a)	Taxa de Variação [(c)-(a)]/(a)
<b>Despesas Correntes</b>	<b>20.431.219</b>	<b>52.701.875</b>	<b>21.584.819</b>	<b>40,96%</b>	<b>1.153.601</b>	<b>5,65%</b>
Pessoal	9.224.415	20.695.501	9.334.387	45,10%	109.972	1,19%
Aquisição de Bens e Serviços	7.227.552	20.977.674	7.107.296	33,88%	-120.257	-1,66%
Juros e Outros Encargos	1.288.813	2.542.450	951.125	37,41%	-337.688	-26,20%
Transferências Correntes	1.914.078	3.978.600	1.941.762	48,81%	27.684	1,45%
Subsídios	66.110	3.118.050	1.559.000	50,00%	1.492.890	2258,19%
Outras Despesas Correntes	710.250	1.389.600	691.250	49,74%	-19.000	-2,68%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>8.494.749</b>	<b>53.058.985</b>	<b>9.674.947</b>	<b>18,23%</b>	<b>1.180.198</b>	<b>13,89%</b>
Aquisição de Bens de Capital	4.001.543	39.455.310	5.018.000	12,72%	1.016.457	25,40%
Transferências de Capital	1.515.831	6.010.700	912.574	15,18%	-603.256	-39,80%
Activos Financeiros	7.462	76.375	17.850	23,37%	10.389	139,22%
Passivos Financeiros	2.896.912	7.456.850	3.726.522	49,97%	829.610	28,64%
Outras Despesas de Capital	73.002	59.750	0	0,00%	-73.002	-100,00%
<b>Total Geral Despesas</b>	<b>28.925.968</b>	<b>105.760.860</b>	<b>31.259.766</b>	<b>29,56%</b>	<b>2.333.799</b>	<b>8,07%</b>

Un: Euros

Do total da despesa paga no período, de 31.259.766 €, foram as de carácter corrente que mais contribuíram para a execução com uma realização de 21.584.819 €, recaindo o diferencial de 9.674.947 € no pagamento de Despesas de Capital, o que redundou num acréscimo de 8% no total de pagamentos realizados em relação ao transitado semestre de 2009.

Para este cenário de crescimento da despesa paga contribui fundamentalmente o aumento acometido aos subsídios e às rubricas de capital, mormente no que respeita às despesas de investimento associadas aos projectos e acções em sede de Plano Plurianual de Investimentos.

Quanto aos subsídios convém registar que este incremento é explicado pelo facto de as subvenções à exploração concedidas às empresas municipais Maiambiente e Academia das Artes, no âmbito dos contratos de gestão para o efeito celebrados, ao estarem estes sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas e o respectivo Visto só ter sido concedido em finais de Junho de 2009, ficou condicionado o processamento dos respectivos duodécimos do primeiro semestre.

## FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

### Fluxos de Caixa

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA					
1.º Semestre 2010					
Recebimentos			Pagamentos		
<b>Saldo da gerência anterior</b>		<b>5.848.268</b>	<b>Despesas Orçamentais</b>		<b>31.259.766</b>
Execução Orçamental	1.073.705		Correntes	21.584.819	
Operações de Tesouraria	294.613		Capital	9.674.947	
Cauções em dinheiro	4.479.950				
<b>Receitas Orçamentais</b>		<b>30.972.236</b>	<b>Dotações não Orçamentais</b>		<b>1.554.656</b>
Correntes	27.559.460		Operações de Tesouraria	1.385.341	
Capital	3.405.765		Cauções em dinheiro	169.315	
Outras	7.011				
<b>Dotações não orçamentais</b>		<b>1.655.957</b>	<b>Saldo para o início do 2º Semestre</b>		<b>5.662.038</b>
Operações de Tesouraria	1.548.617		Execução Orçamental	786.175	
Cauções em dinheiro	107.340		Operações de Tesouraria	457.889	
			Cauções em dinheiro	4.417.974	
<b>Total</b>		<b>38.476.461</b>	<b>Total</b>		<b>38.476.461</b>

Unidade: Euros

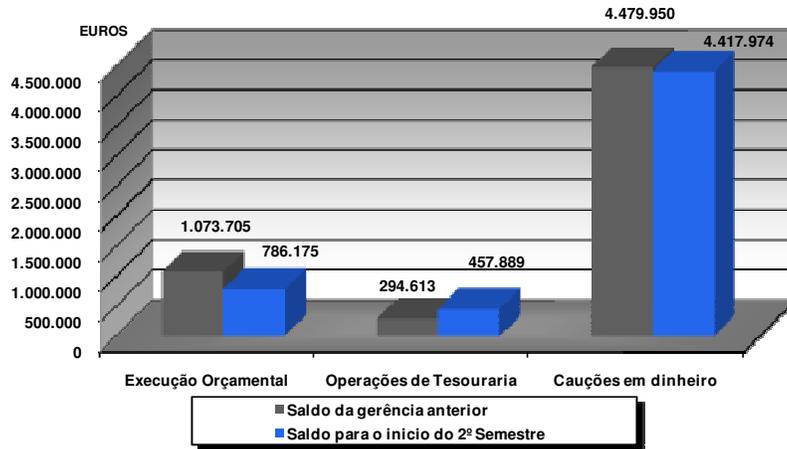
O quadro antecedente reproduz sinteticamente os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos durante o período em análise, espelhando toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e pagamentos tanto ao nível de operações orçamentais como não orçamentais, estas as designadas operações de tesouraria e cauções em dinheiro, que mais não são do que cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento e que só são objecto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

A apreciação dos dados referenciados comprova uma entrada de fundos no total de 32.628.193 €, dos quais 30.972.236 € são provenientes de receitas orçamentais e 1.655.957 € de receitas não orçamentais, e destas últimas 1.548.617 € através de operações de tesouraria e 107.340 € por via de cauções em dinheiro.

No cômputo geral dos pagamentos concretizados regista-se que do total de disponibilidades saídas, no montante de 32.814.423 €, a quota-parte de natureza orçamental ascendeu a 31.259.776 €, respeitando o valor residual de 1.554.654 € a operações não orçamentais, na sua maioria por conta de operações de tesouraria.

Em resultado deste balanceamento entre pagamentos e recebimentos transita para o segundo semestre um saldo de 5.662.038 €, cujo maior valor corresponde às operações não orçamentais, concretamente às cauções em dinheiro, que assumem 4.417.974 €.

### COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS



### Contas de ordem

Nas contas de ordem contabilizam-se factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, sendo de assinalar que em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas só estão aqui reflectidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento. Desta feita, são excluídas as cauções em dinheiro constando as mesmas do mapa de fluxos de caixa.

RESUMO DAS CONTAS DE ORDEM			
1.º Semestre de 2010			
<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>36.458.374</b>	<b>Garantias accionadas</b>	<b>0</b>
Garantias:			
A favor da autarquia	29.422.217	<b>Garantias devolvidas</b>	<b>110.611</b>
A favor de terceiros	5.467.928	A favor da autarquia	110.611
Recibos para cobrança	1.568.230	A favor de terceiros	
<b>Garantias prestadas no 1º Semestre 2010</b>	<b>966.835</b>	<b>Receita virtual cobrada</b>	<b>0</b>
A favor da autarquia	966.835	<b>Receita virtual anulada</b>	<b>0</b>
A favor de terceiros		<b>0 Saldo para o Início do 2º Semestre 2010</b>	<b>37.314.598</b>
<b>Receita virtual liquidada no 1º Semestre 2010</b>	<b>0</b>	Garantias:	
		A favor da autarquia	30.278.440
		A favor de terceiros	5.467.928
		Recibos para cobrança	1.568.230
<b>Total</b>	<b>37.425.209</b>	<b>Total</b>	<b>37.425.209</b>

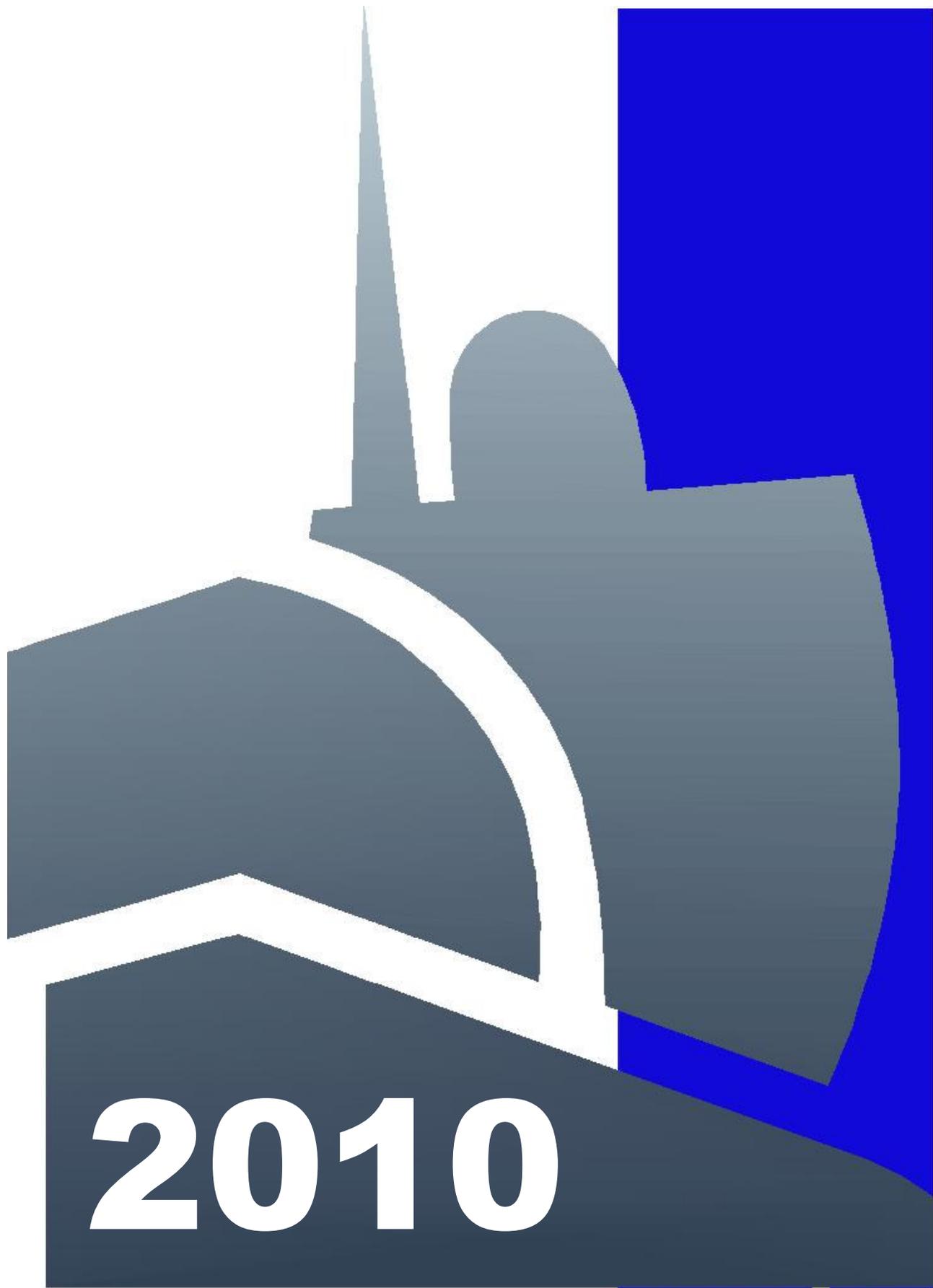
Unidade: Euros

Apreciando os movimentos ocorridos verifica-se que em matéria de garantias a favor de terceiros e recibos para cobrança não ocorreu qualquer variação durante o período em apreço, mantendo-se inalterado o saldo transitado da gerência anterior, pelo que se reiteram algumas das considerações formuladas em sede de elaboração dos documentos de prestação de contas. Desde logo, o facto de no total das garantias que se mantiveram em saldo deter-se a hipoteca sobre o Fórum, registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do Município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 e que ainda não está finalizado.

No âmbito das garantias a favor da autarquia, universo bem mais dinâmico, registaram-se movimentos em ambos os sentidos, isto é, a prestação de novas garantias cujo valor global ascendeu a 966.835 €, bem como a devolução de outras quando reunidas as condições legais para a sua concretização, no total de 110.611 €, posicionando-se o saldo final a favor da autarquia em 30.278.440€.

A grande maioria de novas garantias prestadas, que assumem 803.197 €, é proveniente da realização de empreitadas e obras públicas funcionando como garante da boa execução da obra.





**2010**

**ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



---

## **ENQUADRAMENTO**

O presente capítulo dedicado à matéria do endividamento autárquico encontra-se estruturado em duas partes, que apesar de distintas se complementam, endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Esta parte é orientada para uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, desconsiderando as influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e, de igual modo dos serviços municipalizados, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento, como tem sido prática corrente dos últimos anos

Anota-se que num primeiro momento é feita uma abordagem generalizada à evolução desta dívida global, e só depois se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Este ponto é dedicado ao apuramento do endividamento líquido municipal compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), incorporando no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como dos limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo. Por último, avalia-se a posição do município face a esses limites.

No âmbito desta análise ao endividamento, e independentemente da estrutura apresentada no balanço para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, considerou-se como dívida de médio e longo prazo, aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

## ENDIVIDAMENTO – STRICTO SENSU

A apreciação vertida ao longo deste capítulo atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, excluída dos adiantamentos, por se entender que os respectivos valores, ao estarem indexados a actos definitivos futuros não configuram no período em análise efectivas obrigações.

## DÍVIDA TOTAL

No contexto da presente análise da dívida atendeu-se à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL						
	2006	2007	2008	2009	1º Sem 2010	2006-2010
Divida de Médio e Longo Prazo	72.132.526	68.209.355	62.187.638	67.909.742	64.077.487	-8.055.039
Divida de Curto Prazo	40.198.368	32.829.558	26.638.183	17.619.616	21.037.895	-19.160.473
<b>Divida Total</b>	<b>112.330.894</b>	<b>101.038.913</b>	<b>88.825.821</b>	<b>85.529.358</b>	<b>85.115.382</b>	<b>-27.215.511</b>
<b>Taxa de crescimento da dívida</b>						
Médio e longo prazo	-9,5%	-10,1%	-12,1%	-3,7%	-0,5%	-24,2%
Médio e longo prazo	-8,1%	-5,4%	-8,8%	9,2%	-5,6%	-11,2%
Curto prazo	-12,0%	-18,3%	-18,9%	-33,9%	19,4%	-47,7%

Un-Euros

\* Os dados referentes aos exercícios de 2006 e 2007 estão excluídos dos adiantamentos por conta de vendas em hasta pública, por se entender não configurarem verdadeiras obrigações do município perante terceiros, mas meras situações transitórias, cuja resolução só depende da formalização das escrituras de venda respectivas.

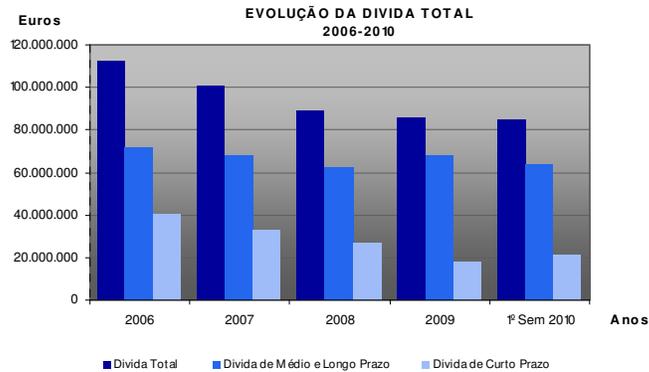
Da apreciação dos valores constantes do quadro apresentado conclui-se que durante este primeiro semestre de 2010, apesar do aumento verificado na dívida de curto prazo, a dívida global do município regista um pequeno decréscimo de (-)0,5%, confirmando assim a tendência demonstrada nos últimos anos, fruto do comportamento da sua dívida de médio e longo prazo que espelha uma redução de (-) 5,6%.

No domínio das dívidas de curto prazo regista-se que o aumento assinalado, de 19,4%, é justificado em grande medida pelo atraso significativo na libertação por parte do Estado dos pedidos de pagamento dos projectos co-financiados ao abrigo do QREN, principalmente em matéria de construção dos centros escolares, que absorveu uma parte considerável do investimento municipal.

Menciona-se de igual modo que durante este período, no âmbito das decisões financeiras ao nível da gestão de tesouraria não foi aprovada a contratação de qualquer empréstimo bancário de curto prazo.

A diminuição evidenciada pela dívida de médio e longo prazo provém inteiramente do cumprimento dos planos de amortização definidos para os empréstimos de idêntica natureza, uma vez que durante este período não houve contratação de qualquer financiamento.

O próximo gráfico representa bem a redução da dívida do município ao longo deste último quinquénio.



### DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Considerando que o município durante este semestre não usufruiu de crédito bancário de médio e longo prazo, a análise deste conteúdo é centrada na evolução da dívida contratualizada em exercícios anteriores, diferenciando-se para o efeito os empréstimos consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo.

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2006	2007	2008	2009	1º Sem 2010
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>72.132.526</b>	<b>66.253.301</b>	<b>60.443.050</b>	<b>66.376.618</b>	<b>62.650.097</b>
<b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>47.625.730</b>	<b>42.823.585</b>	<b>38.021.442</b>	<b>45.012.098</b>	<b>41.858.295</b>
Empréstimo obrigacionista com o BCP no montante de 14.963.936,91	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	27.625.730	24.840.203	22.054.677	19.269.150	17.876.387
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BPI no montante de 20.000.000	20.000.000	17.983.382	15.966.765	13.950.147	12.941.839
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533				<b>11.792.801</b>	<b>11.040.069</b>
Banco Santander Totta				6.774.588	6.021.856
Estado				5.018.213	5.018.213
<b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>24.506.796</b>	<b>23.429.716</b>	<b>22.421.608</b>	<b>21.364.520</b>	<b>20.791.802</b>
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado -Interpéries - com o BTA no montante de 448.918,11	153.513	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L.P com C.G.D - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €	3.426.512				
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BES - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06	2.320.774	7.014.231			
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	1.421.928		6.740.937	6.462.700	6.321.650
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€	4.948.205	4.710.425	4.483.371	4.241.906	4.108.527
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21.007.737,65	12.235.864	11.705.060	11.197.300	10.659.914	10.361.626
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>0</b>	<b>1.956.054</b>	<b>1.744.589</b>	<b>1.533.123</b>	<b>1.427.391</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	1.956.054	1.744.589	1.533.123	1.427.391
<b>Total da dívida de médio e longo prazo</b>	<b>72.132.526</b>	<b>68.209.355</b>	<b>62.187.639</b>	<b>67.909.741</b>	<b>64.077.487</b>
<b>Taxa de crescimento</b>	<b>-8,08%</b>	<b>-5,44%</b>	<b>-8,83%</b>	<b>9,20%</b>	<b>-5,64%</b>

Un: Euros

Invertendo-se a orientação demonstrada no anterior exercício económico e retomando-se a tendência de descida que vinha a ser evidenciada desde 2003, durante este primeiro semestre de 2010 verifica-se uma redução da dívida de médio e longo prazo de (-) 5,64%, em resultado da amortização dos empréstimos que constituem o serviço de dívida, que a cada ano que passa se vê mais abreviado, associado ao facto de não ter sido contratado nenhum outro financiamento.

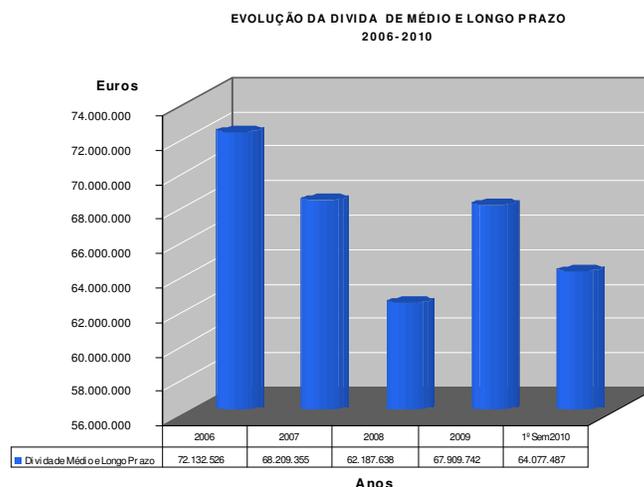
No cômputo geral da diminuição obtida, como habitualmente, o maior contributo adveio das amortizações efectuadas por conta dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, mais concretamente do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de 1.392.763 € no valor da dívida, logo seguido do empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, que determinou neste primeiro semestre um corte adicional de 1.008.309 €.

Na sequência da utilização no ano transacto do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), assistiu-se também a uma redução de (-)752.731 € na dívida de médio e longo prazo, que decorre na íntegra da amortização da parte correspondente ao empréstimo contraído com a instituição de crédito Banco Santander Totta, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento do Estado ainda se encontra em período de carência.

Relativamente aos empréstimos que não relevam para efeitos de cálculo de capacidade de endividamento, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 431.668 €, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, responsáveis por uma redução de (-)141.050 €.

A componente de outras dívidas de médio e longo prazo que resultou da responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, foi responsável pela redução de (-)105.733 € no endividamento de médio e longo prazo.

A tendência decrescente desta tipologia de dívida é visível no gráfico imediato.



## SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

De forma a avaliar numa óptica orçamental o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, como sejam os juros e as respectivas amortizações, no total da despesa e da receita municipal, insere-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no primeiro semestre de 2010, face a período homólogo do ano anterior, uma vez que esta avaliação não deve ser descontextualizada da periodicidade semestral com que ocorrem estas obrigações.

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA				
	1º Sem. 2009	1º Sem. 2010	Variação	
			Valor	Taxa
<b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento (1)</b>	<b>3.265.793</b>	<b>3.908.998</b>	<b>643.205</b>	<b>19,7%</b>
Amortizações	2.401.072	3.153.804	752.732	31,3%
Juros	864.721	755.194	-109.527	-12,7%
<b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento (2)</b>	<b>819.277</b>	<b>737.021</b>	<b>-82.256</b>	<b>-10,0%</b>
Amortizações	495.840	572.718	76.878	15,5%
Juros	323.437	164.303	-159.134	-49,2%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)</b>	<b>142.409</b>	<b>112.080</b>	<b>-30.329</b>	<b>-21,3%</b>
Amortizações	105.733	105.733	0	0,0%
Juros	36.676	6.347	-30.329	-82,7%
<b>Total do Serviço de Dívida (1+2+3)</b>	<b>4.227.479</b>	<b>4.758.099</b>	<b>530.620</b>	<b>12,6%</b>
Amortizações	3.002.645	3.832.255	829.610	27,6%
Juros	1224.834	925.844	-298.990	-24,4%
<b>Taxa de crescimento do serviço de dívida</b>		<b>12,6%</b>		
Amortizações		27,6%		
Juros		-24,4%		
<b>Juros / Receita Total Cobrada</b>	<b>3,9%</b>	<b>3,0%</b>		
<b>Juros / Despesa Total Paga</b>	<b>4,2%</b>	<b>3,0%</b>		
<b>Juros / Despesa de Capital Paga</b>	<b>14,4%</b>	<b>9,6%</b>		
<b>Serviço Dívida / Receita Total Cobrada</b>	<b>13,6%</b>	<b>15,4%</b>		
<b>Serviço Dívida / Despesa Total Paga</b>	<b>14,6%</b>	<b>15,2%</b>		

Un: Euros

Da análise dos números aqui presentes conclui-se que, comparativamente ao verificado em análogo período do exercício transitado, as despesas efectuadas com o serviço de dívida municipal ao longo deste semestre apresentam um aumento de 12,6%, integralmente devido ao valor realizado por conta das amortizações, já que o montante de juros pagos apresenta um decréscimo em todas as componentes da dívida.

Para este comportamento contribuiu sobretudo o volume de amortizações associado aos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, designadamente o facto de também se ter procedido à amortização de (-)752.731 € do crédito contraído com a instituição Banco Santander Totta no âmbito do empréstimo que foi contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), e cuja ocorrência, apesar de também se ter verificado na anterior gerência, apenas foi concretizada no segundo semestre.

No peso do Serviço de Dívida destaca-se, como usualmente, o volume das amortizações que representam 81% do seu valor global, sendo de assinalar que aquele serviço absorve cerca de 15% do total da receita e despesa executada, percentagem ligeiramente superior à do anterior exercício e que não é desprezível no contexto da gestão de disponibilidades.

Apresenta-se a seguir a descrição da despesa realizada durante o primeiro semestre, por tipologia de empréstimo, com este Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo, assim como a respectiva previsão desses encargos para o final do exercício de 2010.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	Realizado 1.º Sem 2010			Previsto para 2.º Sem 2010		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
<b>Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento</b>						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	1.392.763	389.470	1.782.234	1.392.763	358.216	1.750.979
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	1.008.309	280.340	1.288.649	1.008.309	261.506	1.269.815
Empréstimo de MLP com o Banco Santander Totta, de 7.527.320,43 € - PREDE	752.732	85.384	838.116	752.732	75.977	828.709
<b>Sub Total</b>	<b>3.153.804</b>	<b>755.194</b>	<b>3.908.998</b>	<b>3.153.804</b>	<b>695.699</b>	<b>3.849.503</b>
<b>Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento</b>						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	141.050	129.057	270.106	142.380	126.933	269.314
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a C G D - até 7.481.968,46 €	133.379	9.550	142.930	133.625	9.369	142.994
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a C G D - até 21.077.411,44 €	298.289	25.696	323.985	299.218	24.539	323.757
<b>Sub Total</b>	<b>572.718</b>	<b>164.303</b>	<b>737.021</b>	<b>575.224</b>	<b>160.842</b>	<b>736.065</b>
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	105.733	6.347	112.080	105.733	6.347	112.080
<b>Sub Total</b>	<b>105.733</b>	<b>6.347</b>	<b>112.080</b>	<b>105.733</b>	<b>6.347</b>	<b>112.080</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.832.255</b>	<b>925.844</b>	<b>4.758.099</b>	<b>3.834.760</b>	<b>862.887</b>	<b>4.697.648</b>

Un: Euros

No seguimento do comportamento de anteriores gerências, continua a ser dominante o peso do serviço de dívida dos empréstimos que relevam para efeitos da determinação dos limites de endividamento, tornando-se este cenário actualmente ainda mais marcante face ao reflexo da contratação em 2009 do empréstimo ao abrigo do PREDE, no montante de 12.545.534 €.

Como já foi mencionado, o maior tributo adveio do empréstimo bancário contratado com o Banco Santander Totta, no montante de 1.782.234 €, logo seguido pelo do empréstimo bancário adjudicado ao Banco Português de Investimento, no valor de 1.288.649 €.

Em matéria de empréstimos que não relevam para efeitos da determinação dos limites de endividamento, regista-se que o maior volume do serviço da dívida está indexado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER1 e PER2).

## COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

Com o objectivo de se obter uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, apresenta-se de seguida um quadro síntese dos empréstimos existentes à data de 30 de Junho de 2010 e respectivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua relevância para o cálculo da capacidade de endividamento e do seu grau de exigibilidade.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	30.Dez.2009		30.Jun.2010	
	Valor	Peso	Valor	Peso
<b>EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>60.241.182</b>	<b>88,71%</b>	<b>56.404.660</b>	<b>88,03%</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>58.919.524</b>	<b>86,76%</b>	<b>55.188.734</b>	<b>86,13%</b>
<b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>38.704.489</b>	<b>56,99%</b>	<b>35.550.686</b>	<b>55,48%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	16.483.623	24,27%	15.090.860	23,55%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 7.527.320,43 - PREDE	5.269.124	7,76%	4.516.392	7,05%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	11.933.529	17,57%	10.925.221	17,05%
Empréstimo Bancário de M.L.P com ESTADO - PREDE	5.018.213	7,39%	5.018.213	7,83%
<b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>20.215.035</b>	<b>29,77%</b>	<b>19.638.048</b>	<b>30,65%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	6.179.270	9,10%	6.035.525	9,42%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	3.974.856	5,85%	3.840.824	5,99%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	10.060.909	14,82%	9.761.699	15,23%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>1.321.658</b>	<b>1,95%</b>	<b>1.215.926</b>	<b>1,90%</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.321.658	1,95%	1.215.926	1,90%
<b>EXIGIVEL A CURTO PRAZO até 30/06/2011</b>	<b>7.668.559</b>	<b>11,29%</b>	<b>7.672.829</b>	<b>11,97%</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>7.457.094</b>	<b>10,98%</b>	<b>7.461.364</b>	<b>11,64%</b>
<b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>6.307.609</b>	<b>9,29%</b>	<b>6.307.609</b>	<b>9,84%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.785.527	4,10%	2.785.527	4,35%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 7.527.320,43 - PREDE	1.505.464	2,22%	1.505.464	2,35%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	2.016.618	2,97%	2.016.618	3,15%
<b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento*</b>	<b>1.149.485</b>	<b>1,69%</b>	<b>1.153.755</b>	<b>1,80%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75€	283.430	0,42%	286.125	0,45%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	267.050	0,39%	267.703	0,42%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	599.005	0,88%	599.927	0,94%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>211.465</b>	<b>0,31%</b>	<b>211.465</b>	<b>0,33%</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211.465	0,31%	211.465	0,33%
<b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>67.909.741</b>	<b>100,00%</b>	<b>64.077.489</b>	<b>100,00%</b>

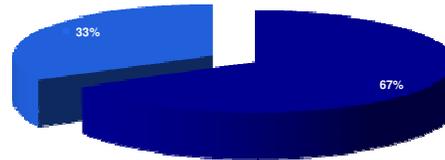
Un: Euros

\*Os valores apresentados baseiam-se nas amortizações previstas considerando que estes empréstimos não estão sujeitos a amortizações em quotas constantes.

Em conformidade com os valores apresentados e de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais, constata-se que do total dos empréstimos médio e longo prazo contraídos, 33% estão excluídos para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido, sendo de mencionar que a maior parte destes empréstimos dizem respeito à linha de crédito bonificado ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, no âmbito da construção da habitação social.

RELEVÂNCIA DOS EMPRÉSTIMOS MLP PARA EFEITOS DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO  
LÍQUIDO

1.º Semestre 2010



- Empréstimos que relevam p/ capacidade de endividamento
- Empréstimos que não relevam p/ capacidade de endividamento

Por último, apresenta-se um quadro com a previsão da composição desta tipologia de dívida no fim da gerência de 2010.

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA DE 2010		
	31-12-2010	
	Valor	Peso
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>58.921.069</b>	<b>97,81%</b>
<b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>38.704.490</b>	<b>64,25%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	16.483.623	27,36%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	11.933.530	19,81%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	10.287.337	17,08%
Banco Santander Totta	5.269.124	8,75%
Estado	5.018.213	8,33%
<b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento*</b>	<b>20.216.579</b>	<b>33,56%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	6.179.270	10,26%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€	3.974.902	6,60%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21.007.737,65	10.062.407	16,70%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>1.321.658</b>	<b>2,19%</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	1.321.658	2,19%
<b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>60.242.727</b>	<b>100,00%</b>

Un: Euros

\*Empréstimos cujas amortizações não estão sujeitas a quotas constantes

## DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferência para as autarquias locais e por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no quadro seguinte.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO								
	2006	2007	2008	2009	1ºSem 2010			
					Valor	Peso	Varição	
<b>Fornecedores c/c</b>	<b>4.545.864</b>	<b>3.992.302</b>	<b>3.735.283</b>	<b>1.787.016</b>	<b>2.133.625</b>	<b>10,1%</b>	<b>19,4%</b>	
Fornecedores c/c	4.060.894	3.680.135	3.604.849	1.754.547	2.071.028	9,8%	18,0%	
Fornecedores c/c - com factoring	484.970	312.167	130.434	32.469	62.597	0,3%	92,8%	
<b>Fornecedores imobilizado</b>	<b>32.638.378</b>	<b>21.217.971</b>	<b>16.421.032</b>	<b>10.394.811</b>	<b>13.229.470</b>	<b>62,9%</b>	<b>27,3%</b>	
Fornecedores imobilizado	15.243.270	9.653.042	10.709.224	10.207.407	10.426.816	49,6%	2,1%	
Fornecedores imobilizado - com factoring	17.395.107	11.564.929	5.711.808	187.404	2.802.654	13,3%	1395,5%	
<b>Outros credores</b>	<b>3.014.168</b>	<b>7.619.284</b>	<b>6.481.868</b>	<b>5.437.788</b>	<b>5.674.800</b>	<b>27,0%</b>	<b>4,4%</b>	
Estado	10.570	13.913	14.195	0	15.270	0,1%		
Credores de transferências das autarquias	2.448.805	6.178.668	5.848.082	4.937.938	5.183.195	24,6%	5,0%	
Credores por Investimentos Financeiros	162.350	101.000	0	0	0	0,0%		
Credores Diversos -	392.443	1.325.703	619.591	499.850	476.335	2,3%	-4,7%	
<b>Total da Dívida de Curto Prazo</b>	<b>40.198.410</b>	<b>32.829.558</b>	<b>26.638.183</b>	<b>17.619.616</b>	<b>21.037.895</b>	<b>100,0%</b>	<b>19,4%</b>	
<b>Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo</b>	<b>-12,0%</b>	<b>-18,3%</b>	<b>-18,9%</b>	<b>-33,9%</b>	<b>19,4%</b>			
Fornecedores c/c	-17,8%	-12,2%	-6,4%	-52,2%	19,4%			
Fornecedores imobilizado	-12,9%	-35,0%	-22,6%	-36,7%	27,3%			
Outros credores	12,8%	152,8%	-14,9%	-16,1%	4,4%			

Durante este primeiro semestre transparece desde logo a ocorrência de um acréscimo da dívida de curto prazo, ao assumir mais 3.418.279 € que no ano anterior, produto do comportamento da generalidade das suas rubricas com especial incidência na de fornecedores de imobilizado que é responsável por cerca de 83% deste aumento.

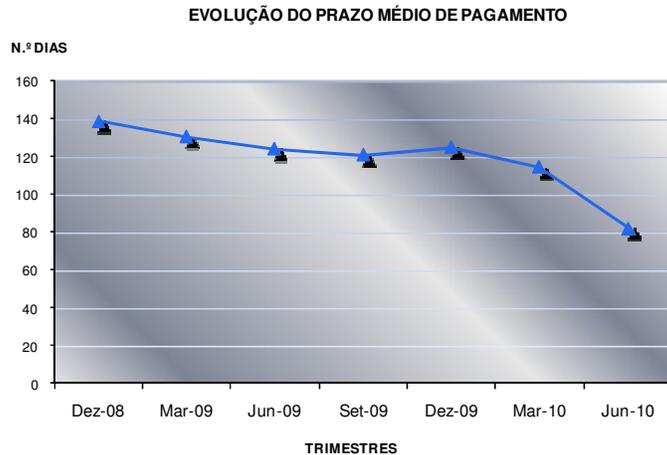
Importa aqui registar que este agravamento resulta sobretudo do investimento realizado pelo município no seu parque escolar, cujo encargo global ronda os 10.000.000 €, com a agravante de que a execução física e financeira destas obras tem o seu término em finais de Agosto, do que deriva uma concentração no primeiro semestre de grande parte da sua facturação.

Associada esta circunstância ao facto de haver uma excessiva demora por parte do Estado na libertação dos pedidos de pagamento dos projectos co-financiados ao abrigo do QREN, particularmente naquela área, viu-se o município numa situação de impossibilidade de solver uma parte substantiva daqueles encargos dada a materialidade dos valores em causa.

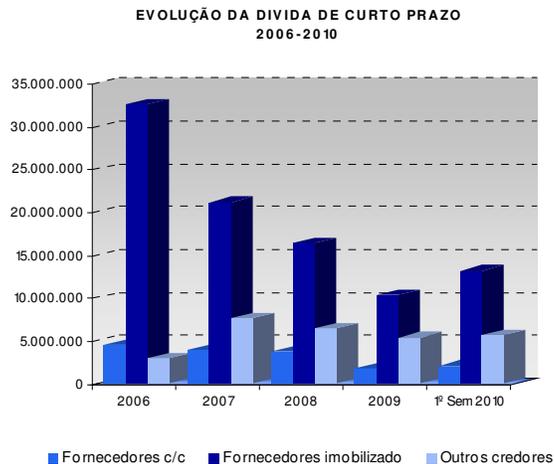
Por outro lado, não será despiciente ignorar a influência do actual período de recessão económica na cobrança efectiva da receita municipal, que em sede de impostos directos não é de todo desprezível.

Apesar deste cenário, apraz registar que se verifica uma melhoria significativa ao nível do prazo médio de pagamento do município, que à data ascende a 82 dias, como está bem patente no gráfico que se segue.

PRAZO MEDIO PAGAMENTO							
	Dez-08	Mar-09	Jun-09	Set-09	Dez-09	Mar-10	Jun-10
PMP - Prazo Médio de pagamentos (Resolução do Conselho de Ministros 34/2008 de 22 de Fevereiro) com a Metodologia prevista pelo Despacho 3870/2009 do Ministério da Finanças	139	130	124	121	125	114	82



Todavia, não obstante o aumento referenciado, numa óptica global a tendência decrescente do comportamento da dívida de curto prazo no último quinquénio afigura-se de forma notória no gráfico subsequente.



Assinala-se como acontecimento posterior à análise semestral efectuada, que em finais de Agosto a variação da rubrica da dívida de curto prazo já tinha recuado 12 pontos percentuais, situando-se o aumento registado em 7%.

## ENDIVIDAMENTO – Lato Sensu

No âmbito das disposições constantes da actual Lei das Finanças Locais existe um conjunto de medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, designadamente a existência de um conceito de endividamento autárquico que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro), dos serviços municipalizados e das associações de municípios, na proporção da sua participação, e de igual modo a imposição de dois limites ao endividamento municipal:

- ✓ Um limite ao endividamento líquido, correspondente a um stock de 125% dos seguintes recursos próprios: receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participações do sector empresarial local
- ✓ Um limite à contracção de empréstimos, correspondente a 100% daqueles recursos.

No contexto da apreciação aqui formalizada é fundamental contextualizar os efeitos decorrentes das sucessivas alterações ao conceito do endividamento municipal previsto na Lei das Finanças Locais, que têm vindo a ser contempladas em sede de Lei de Orçamento do Estado, pois só assim é exequível uma análise comparativa que se pretenda séria e consistente, pelo que mais uma vez se reitera a necessidade de se proceder com prudência a qualquer análise comparativa.

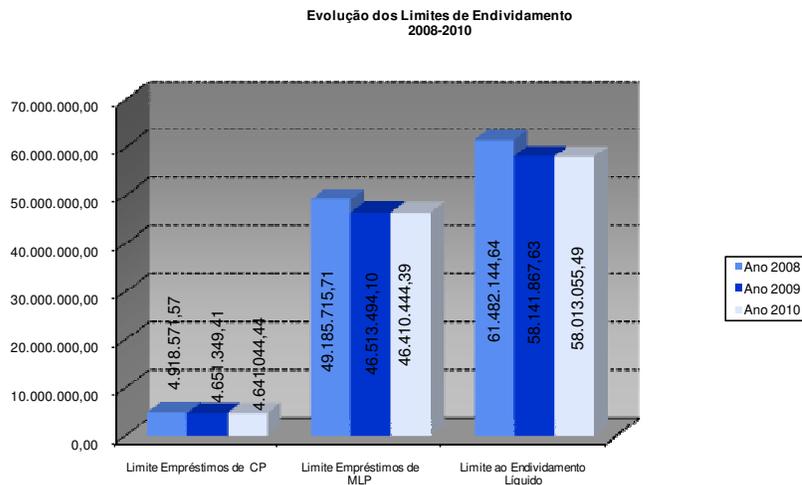
## LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Atento o exposto, impõe-se uma avaliação ao endividamento municipal durante o primeiro semestre de 2010, começando-se por introduzir um mapa ilustrativo do cálculo dos três limites de endividamento do município que foram fixados para este exercício.

CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL			
1º SEMESTRE 2010			
Designação		Montante (Euros)	Observações
<b>Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites do endividamento</b>			
(1)	IMI 2009	16.364.165	
(2)	IMT 2009	6.030.748	
(3)	IUC 2009	2.127.118	Receitas Cobradas Líquidas constantes no Mapa de Controlo Orçamental da Receita de 2009
(4)	CA 2009	70.227	
(5)	SISA 2009	26.522	
(6)	Derrama 2009	10.404.754	
(7)	SEL 2009	0	
(8)	Fundos Municipais OE 2010	11.386.909	
(9)	<b>Total de receitas a considerar</b>	<b>46.410.444,39</b>	<b>(9)=somatório de (1) a (8)</b>
(10)	<b>Limite aos Empréstimos de Curto Prazo</b>	<b>4.641.044,44</b>	<b>(10)=10% x (9)</b>
(11)	<b>Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>46.410.444,39</b>	<b>(11)=100% x (9)</b>
(12)	<b>Limite ao Endividamento Líquido</b>	<b>58.013.055,49</b>	<b>(12)=125% x (9)</b>

Un: Euros

Os limites máximos acima identificados foram calculados com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na Lei das Finanças Locais e conforme norma interpretativa da Direcção Geral das Autarquias Locais, sendo de assinalar que se verifica uma redução destes limites em consequência do decréscimo da estrutura da receita cobrada, cenário que tem sido recorrente desde 2008.



### **ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS**

Face ao enquadramento do endividamento na actual Lei da Finanças Locais, e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal ao nível da incorporação no município dos efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas legalmente previstas, dos serviços municipalizados e das associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar quais as entidades que relevam para os limites legais estabelecidos.

O cumprimento da indicada regra do equilíbrio pode ser aferido numa óptica anual ou plurianual, sendo necessário neste último caso a apresentação de um plano previsional à Inspeção Geral de Finanças, o que não se verificou relativamente a qualquer das entidades participadas pelo município, anotando-se que no caso de ser cumprida tal regra o contributo para o endividamento municipal das entidades participadas que constituem o sector empresarial local (SEL) é nulo.

De acordo com este conceito, no cômputo geral das entidades participadas pelo município para além dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e das duas Associações de Municípios, Lipor e Grande Área Metropolitana, são quinze as entidades de natureza empresarial susceptíveis de relevar para efeitos de limites do endividamento municipal, cuja identificação consta no quadro da página contígua.

Porém, como o endividamento das entidades de natureza empresarial participadas pelo município apenas releva para efeitos dos respectivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, e

definindo a disciplina legal a existência de desequilíbrio sempre que o resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresente negativo, da apreciação das contas anuais de 2009 das quinze entidades participadas pelo município, e por aplicação da dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que a violam as entidades a seguir mencionadas

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO DE 2010	
Identificação	% do Capital Detido
Conservatório de Música	100%
Macmai	100%
Tecmaia (51%)	51,00%
Municipia	4,64%
Net	0,50%
Parque Maior*	50,00%
Hospital Lidador	10,00%

Un: %

\*Inclui o impacto da participação da Espaço Municipal nesta entidade

Reconhece-se aqui indispensável assinalar que, estendido igual raciocínio ao cumprimento da regra de equilíbrio medida à data de 30 de Junho, da apreciação às contas semestrais que foram apresentadas conclui-se que, se por um lado o Conservatório de Música da Maia ultrapassa a situação de desequilíbrio atrás patenteada, por outro lado a observância de tal regra encontra-se comprometida no caso das empresas municipais Academia das Artes, Espaço Municipal e Renovarum, integralmente participadas pelo Município. Posto isto, extrapolado que seja este cenário para 31 de Dezembro de 2010, concorrerá em desfavor do endividamento municipal o contributo a 100% daquelas três entidades.

Pese embora o reparo, regista-se que o impacto decorrente do antes exposto, mensurado a 30 de Junho de 2010, não assume valores que distorçam as conclusões globais ora apresentadas.

Entidades participadas		Parcela detida (1)		Resultados do último exercício		
Designação	Sede	Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.
<b>Entidades Societárias</b>						
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	Edifício dos Paços do Concelho - Torre Lidador, 4.º Praça do Dr. José Vieira de Carvalho 4470-202 Maia	124.699,47	100%	237.447	26.187	2010
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M.	Ed. Forum da Maia - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4470-174 Maia	49.879,78	100%	55.600	-11.404	2010
Conservatório de Música da Maia CMM	Rua João Maia - Qta Gruta 4475-643 Avioso (Sta Maria)	5.000,00	100%	52.082	49.582	2010
Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 4470-272 Maia	1.496.393,69	100%	2.507.140	646.581	2010
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão de Património, E.M.	Av. D. Manuel II, Edif. Central Plaza, 2070 - 6.º, Sala 1, 4470-200 Maia	3.336.638,50	100%	3.162.310	36.308	2010
Tum - Transportes Urbanos da Maia, E.M.	Edifício dos Paços do Concelho - Praça do Dr. José Vieira de Carvalho, 4470-202 Maia	124.699,47	100%	14.654	-600	2010
Águas do Noroeste, S.A. *	Lugar de Gaído - Barcelos 4755-045 Areias de Vilar	1.150.000,00	2,42%	36.381.879	1.700.647	2010
Águas do Douro e Paiva, S.A.*	Rua de Vilar, 235 - 5.º 4050-626 Porto	566.805,00	2,92%	22.180.055	726.296	2010
Macmai - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.ª	Rua 5 de Outubro 4470-302 Milheirós	149.639,36	100%	-18.1807	-8.714	2009
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Taguspark - Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B - 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.290.325	-548.895	2010
Net - Novas Empresas e Tecnologias, SA	Rua de Salazares, 842 4100-442 Porto	2.500,00	0,50%	391.378	-8.439	2009
Tecmaia - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	51%	2.108.343	-470.041	2010
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. *	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	79.433.685	6.897.063	2010
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	499,00	0,06%	315.035	-38.808	2009
Renovarum - Renovação Urbana da Maia, Ld.ª	Av. D. Manuel II - Edif. Central Plaza, 2070 - 6.º, Sala 1, 4470-200 Maia	162.450,17	100%	226.514	-1.400	2010
Metro do Porto, S.A.*	Av. Fernão Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 PORTO	5,00	0,0001%	-194.232.392	-76.253.581	2010
Parque Maior - Reabilitação Urbana da Maia, S.A.	Av.D.Manuel II, n.º 2070 - 6.º Piso Sala 14470 - 200 Maia	1.250.000,00	25%	4.294.364	-118.926	2010
Hospital do Lidador S.A.	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida

(\*) Empresas que nos termos da legislação em vigor presentemente não estão integradas no sector empresarial local

## LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

### Limite dos Empréstimos de Curto Prazo

Nos termos da regulação legal contida na actual Lei das Finanças Locais, os municípios podem recorrer a empréstimos de curto prazo apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, até um montante máximo determinado nos termos do n.º 1 do seu artigo 39.º, devendo ser amortizados num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena de serem considerados para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.

O valor máximo para o ano 2010 fixou-se em 4.641.044,44 €, cujo cálculo consta em quadro anteriormente introduzido. Anota-se que durante o corrente exercício económico o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo desta natureza e que, em conjunto com as restantes entidades relevantes, no final do semestre cumpria o limite legal de endividamento de empréstimos de curto prazo.

Quanto ao montante de empréstimos desta natureza que não foi amortizado até ao final do exercício de 2009, regista-se a contribuição das seguintes entidades de natureza empresarial participadas pelo município, para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, como se justifica.

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO DE 2010	
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 30 de Junho	
Identificação	Valor Imputável
Macmai	25.000,00
Tecmaia (51%)	371.955,81
Municipia	30.948,80
Net	733,78

Un: Euros

### Limite dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo

No âmbito do stock da dívida de empréstimos de médio e longo, prevê também a Lei das Finanças Locais a possibilidade de o municípios recorrerem a esta tipologia de crédito bancário para a concretização das suas múltiplas necessidades de investimento, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro das suas contas, até um determinado limite.

Atendendo à estrutura de receitas que releva para efeitos de cálculo deste limite, que se encontra espelhada em quadro próprio e que é um denominador comum de qualquer um dos limites, fruto da imposição dos 125% daquele valor, estipula-se como limite municipal do crédito bancário de MLP para o exercício de 2010 a quantia de 46.410.444,39 €.

Para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, uma vez que são de considerar todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os dos empréstimos obrigacionistas, se for caso disso, bem como os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa (n.º 4 do artigo 39.º da LFL), estão aqui contemplados os mencionados no ponto anterior.

Em matéria de regime excepcionado, e de acordo com a metodologia adoptada pela Direcção Geral das Autarquias Locais, no caso do Município foi excluído o montante em dívida dos empréstimos contratados no âmbito do Programa Especial de Realojamento no valor de 20.791.802,28 €, e no caso da LIPOR todos os empréstimos de médio e longo prazo contraídos por se destinarem ao financiamento de projectos co-financiados excepcionados na parte proporcional à participação da autarquia no valor de 11.283.123,90 €.

Posto isto, em resultado da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, e aplicando a regra do equilíbrio anual, insere-se um quadro ilustrativo da contribuição individual de cada uma das que apresentam desequilíbrio de contas.

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
1.º Semestre de 2010	
	Capital em Dívida a 30/06/2010
<b>Empréstimos de MLP que relevam para o limite (1)</b>	<b>50.236.389</b>
<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>	
Empréstimo Bancário de M.LP com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	17.876.387
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000 €	12.941.839
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	11.040.069
Banco Santander Totta	6.021.856
Estado	5.018.213
<b>SMAS</b>	<b>0</b>
<b>SECTOR EMPRESARIAL LOCAL</b>	
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	0
MACMAI	52.255
TECMAIA	8.325.839
MUNICIPIA	0
NET	0
PARQUE MAIOR	0
HOSPITALIDADOR	0
<b>ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS</b>	
LIPOR	0
GAMP	0
<b>Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 31 de Dezembro de 2009 que relevam para o limite dos Empréstimos de MLP (2)</b>	<b>428.638</b>
<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>	
<b>SMAS</b>	<b>0</b>
<b>SECTOR EMPRESARIAL LOCAL</b>	
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	0
MACMAI	25.000
TECMAIA	371.956
MUNICIPIA	30.949
NET	734
PARQUE MAIOR	0
HOSPITALIDADOR	0
<b>ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS</b>	
LIPOR	0
GAMP	0
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS MLP QUE RELEVAM PARA O LIMITE À DATA DE 30/06/2010 = (1)+(2)</b>	<b>50.665.027</b>
<b>LIMITE LEGAL DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP À DATA DE 01/01/2010 (3)</b>	<b>46.410.444</b>
<b>CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP = (3)-[(1)+(2)]</b>	<b>-4.254.583</b>
Taxa de utilização do limite de empréstimos de MLP	109,17%
<b>CAPACIDADE LIQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP EXCLUINDO PREDE =</b>	<b>6.785.487</b>
Taxa de utilização do limite de empréstimos de MLP excluindo PREDE	86,30%

Un: Euros

Da análise dos dados aqui presentes conclui-se que no final do semestre o município não cumpriu o limite dos empréstimos de médio e longo prazo, apresentando uma taxa de utilização de cerca de 109%, importando todavia não descontextualizar este comportamento das razões aludidas em consequência da contratação do PREDE e explanadas em sede de prestação de contas do ano anterior.

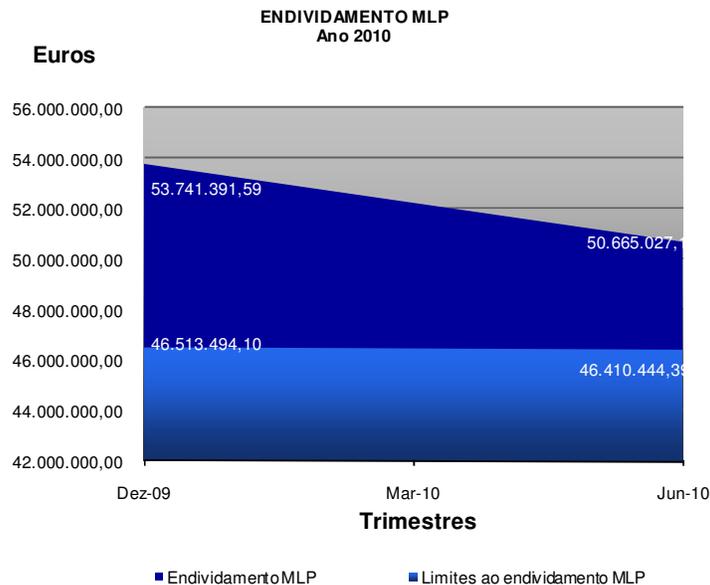
De facto, não tendo o Município da Maia formalizado qualquer outro contrato de que tivesse resultado a assunção de encargos de médio e longo prazo, afere-se que a ultrapassagem destes limites de endividamento no período em análise se deve aos financiamentos contraídos em gerências antecedentes, sendo de anotar que, não fosse o empréstimo contratado no âmbito do PREDE, e atendendo a que o

serviço de dívida dos demais empréstimos se encontrava em fase avançada de amortização, o município se posicionaria abaixo dos limites definidos na lei.

Assim, reitera-se que se for excluído do stock da dívida os empréstimos contraídos ao abrigo do PREDE (11.040.069 €) o município manteria a sua posição abaixo do limite legal do endividamento dos empréstimos bancários de médio e longo prazo e apresentaria uma taxa de utilização de 86%.

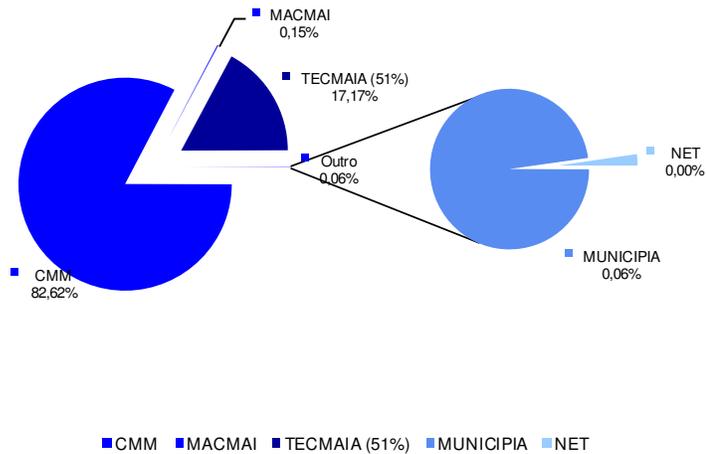
Do conjunto das sociedades de natureza empresarial com impacto no endividamento municipal, destaca-se pela sua materialidade a contribuição negativa da empresa TECMAIA, ao influenciar o endividamento bancário de médio e longo prazo do município no montante de 8.697.795 €, valor ligeiramente superior ao do ano transacto por força dos empréstimos de curto prazo não amortizados, sem cujo contributo o município também já se posicionaria abaixo dos limites impostos por lei.

Nos gráficos a seguir introduzidos é facilmente visível o comportamento do município em matéria de endividamento bancário de médio e longo prazo, assim como o peso de cada uma das entidades participadas neste tipo de endividamento.



## PESO DAS ENTIDADES NO ENDIVIDAMENTO DE MLP

1.º Semestre 2010



### **LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL**

A apreciação do endividamento líquido municipal a seguir promovida atende à informação contida no balanço, englobando por isso, quer as operações orçamentais quer as não orçamentais, ao contrário da avaliação desenvolvida no capítulo da dívida de curto prazo, considerando que o conceito de endividamento líquido municipal legalmente definido é compatível com o Sistema Europeu de Contas Regionais e Locais de 1995 (SEC). Pretende-se assim determinar a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria, os créditos sobre terceiros e os investimentos financeiros.

Com o objectivo de promover o necessário enquadramento do município quanto a este matéria, em resultado da apreciação das contas das entidades de natureza empresarial e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, reproduz-se em quadro próprio a contribuição individual de cada uma delas para o nível do endividamento líquido à data de 30 de Junho de 2010.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	
1.º Semestre de 2010	
Identificação	Impacto
<b>Entidades de Natureza Empresarial que violam a regra de equilíbrio (1)</b>	<b>9.267.667,05</b>
Conservatório de Música	0,00
Macmai	84.305,00
Tecmaia (5%)	9.061.570,58
Município	0,00
Net	0,00
Parque Maior	0,00
Hospital Lidador	121.791,47
<b>Serviços Municipalizados (2)</b>	<b>-3.961.130,66</b>
<b>Lipor (3)</b>	<b>1.613.844,19</b>
<b>Grande Área Metropolitana (4)</b>	<b>-325.544,76</b>
<b>Câmara Municipal (5)</b>	<b>27.066.242,58</b>
<b>Desacertos da circularização conta corrente (6)</b>	<b>1.352.174,44</b>
<b>TOTAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO = (1) a (6)</b>	<b>35.013.252,84</b>
<b>LIMITE LEGAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO À DATA DE 01/01/2010 (3)</b>	<b>58.013.055,40</b>
<b>POSICIONAMENTO FACE AO LIMITE</b>	<b>-22.999.802,56</b>

Un: Euros

Importa mencionar que a Município, a Net e a Parque Maior, apesar de evidenciarem contas desequilibradas como apresentam mais activos financeiros do que passivos financeiros relevantes para o endividamento líquido, o que determina um endividamento líquido negativo, não relevam para efeitos do limite do endividamento líquido, fruto da interpretação sistemática do quadro legal em vigor, art. 31.º e 32.º do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, e que em sede de Lei do Orçamento de Estado ficou expressamente estabelecido.

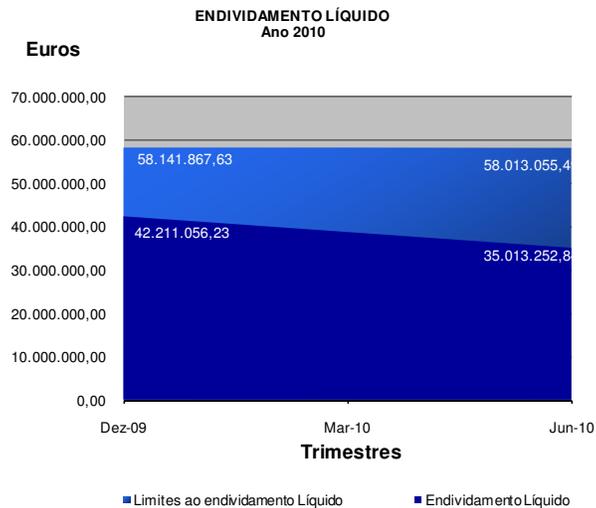
Na generalidade das sociedades de natureza empresarial com impacto no endividamento municipal salienta-se uma vez mais a contribuição negativa da empresa TECMAIA, pela sua expressividade, ao determinar um acréscimo do endividamento líquido municipal em 9.016.571 €.

A participar negativamente para este grau de endividamento, tal como no ano transacto, aparece ainda a LIPOR, com 1.613.844 €.

Tendência inversa é apresentada pelos Serviços Municipalizados e pela Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP), que contribuem de forma positiva para este limite, nos montantes de 3.961.131 € e de 325.545 €, respectivamente.

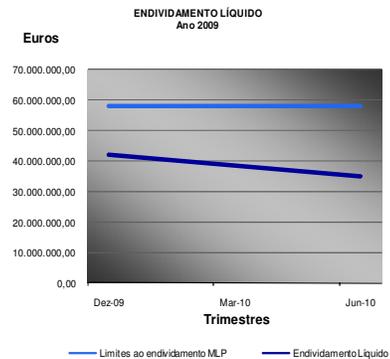
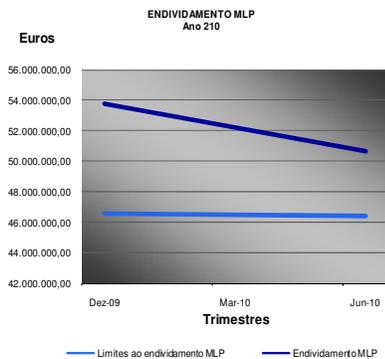
Alude-se igualmente ao contributo adveniente dos créditos do município sobre as entidades participadas, onde se destacam a Lipor e a Espaço Municipal, assim como eventuais desacertos resultantes da circularização das contas correntes, valores este meramente residuais.

A análise dos dados apresentados, permite concluir que, em conformidade com a aplicação das regras existentes e apesar do impacto negativo do sector empresarial local, o limite de endividamento líquido do município para o exercício de 2010 ascendeu a 58.013.055 €, posicionando-o nos 35.013.253 €, valor inferior ao limite imposto em (-) 22.999.803 €, como bem é espelhado no próximo gráfico.



A título de conclusão, importa registar que perante o decrescimento dos limites para o exercício de 2010 o município viu-se confrontado com a obrigação de realizar um ainda maior esforço de redução, em especial no que toca aos empréstimos de médio e longo prazo, não só por força do aumento da dívida mas também pela diminuição do valor dos limites impostos por lei.

Por último, insere-se um mapa resumo representativo do posicionamento do município em matéria de endividamento à data de 30 de Junho de 2010, onde se sistematiza a informação relativa ao endividamento líquido e ao endividamento do médio e longo prazo de todas as entidades relevantes para os limites legais, e correspondente tradução gráfica.





SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AOS LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL																					
1º Semestre 2010																					
	SECTOR EM PRESERVAÇÃO LOCAL																				
	CMM	SMAS	EMEM - ESTACIONARIAS	ACADEMIA DE ARTES	CONSERVATÓRIO DE MÚSICA	M. AMBIENTE MUNICIPAL	ESPAÇO MUNICIPAL	TRANSPORTES URBANOS	RENOVARIUM - LDA	M. ACIMA, LDA	TECMAIA, SA	MUNICÍPIA	NET	PRIMUS MAIOR	PARKUE MAIOR	HOSPITAL- LIDADOR**	LUPOR	GAMP	TOTAL		
<b>Total do endividamento</b>																					
1 Endividamento Líquido*	90.982.866	33.090.242	0	0	0	0	0	0	0	84.305	10.780.479	0	0	0	0	12.792	13.770.569	-325.545	0	55.505.409	
2 Empréstimos de MLP**	66.650.097	0	0	0	0	0	0	0	0	77.255	8.697.795	30.949	734	0	0	0	11.283.24	0	0	82.739.953	
<b>Excepções ao endividamento**</b>	<b>63.316.624</b>	<b>37.062.073</b>	<b>0</b>	<b>-211</b>	<b>0</b>	<b>-1.315.663</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.718.909</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>17.166.725</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>118.492.156</b>	
3 Subsídios ao Investimento	43.124.822	17.255.581	0	0	0	0	0	0	0	0	1.718.909	0	0	0	0	1	9.855.908	0	0	71.263.319	
4 Descontos Créditos s/SEL.Creditos SCMM	0	-124.169	0	-211	0	-1.351.963	0	0	0	0	1402	0	0	0	0	0	-3.382.308	0	0	-4.787.280	
5 Dívidas à EDP	0	19.920.691	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.920.691	
6 Empréstimos de MLP excepcionados	20.791.802	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.283.24	0	0	32.074.326	
<b>Endividamento a considerar</b>	<b>27.066.243</b>	<b>-3.961.131</b>	<b>0</b>	<b>211</b>	<b>0</b>	<b>1.351.163</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>84.305</b>	<b>9.061.571</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12.1791</b>	<b>1.613.844</b>	<b>-325.545</b>	<b>0</b>	<b>35.013.253</b>	
7 Endividamento Líquido = (1)-(3)-(4)-(5)	27.066.243	-3.961.131	0	211	0	1.351.163	0	0	0	84.305	9.061.571	0	0	0	0	12.1791	1.613.844	-325.545	0	35.013.253	
8 Empréstimos de MLP = (2)-(6)	41.588.295	0	0	0	0	0	0	0	0	77.255	8.697.795	30.949	734	0	0	0	0	0	0	50.665.027	
<b>Limites</b>																					0
Endividamento Líquido																					58.013.055
Empréstimos de MLP																					46.410.443,39
Montante em excesso																					-12.399,803
Endividamento Líquido = (6)-(8)																					60%
Taxa de utilização de EL																					4.254.583
Empréstimos de MLP = (7)-(9)																					100%
Taxa de utilização de EM.LP																					
<b>Endividamento a data de 31/12/2009</b>																					42.211056
Endividamento Líquido																					69%
Taxa de utilização de EL																					53.741.392
Empréstimos de MLP																					100%
Taxa de utilização de EM.LP																					
<b>Variação do Endividamento entre 2009 e 1º Sem 2010</b>																					
Endividamento Líquido																					Taxa
Empréstimos de MLP																					Valor
																					-17,05%
																					-5,72%

Un. Euros

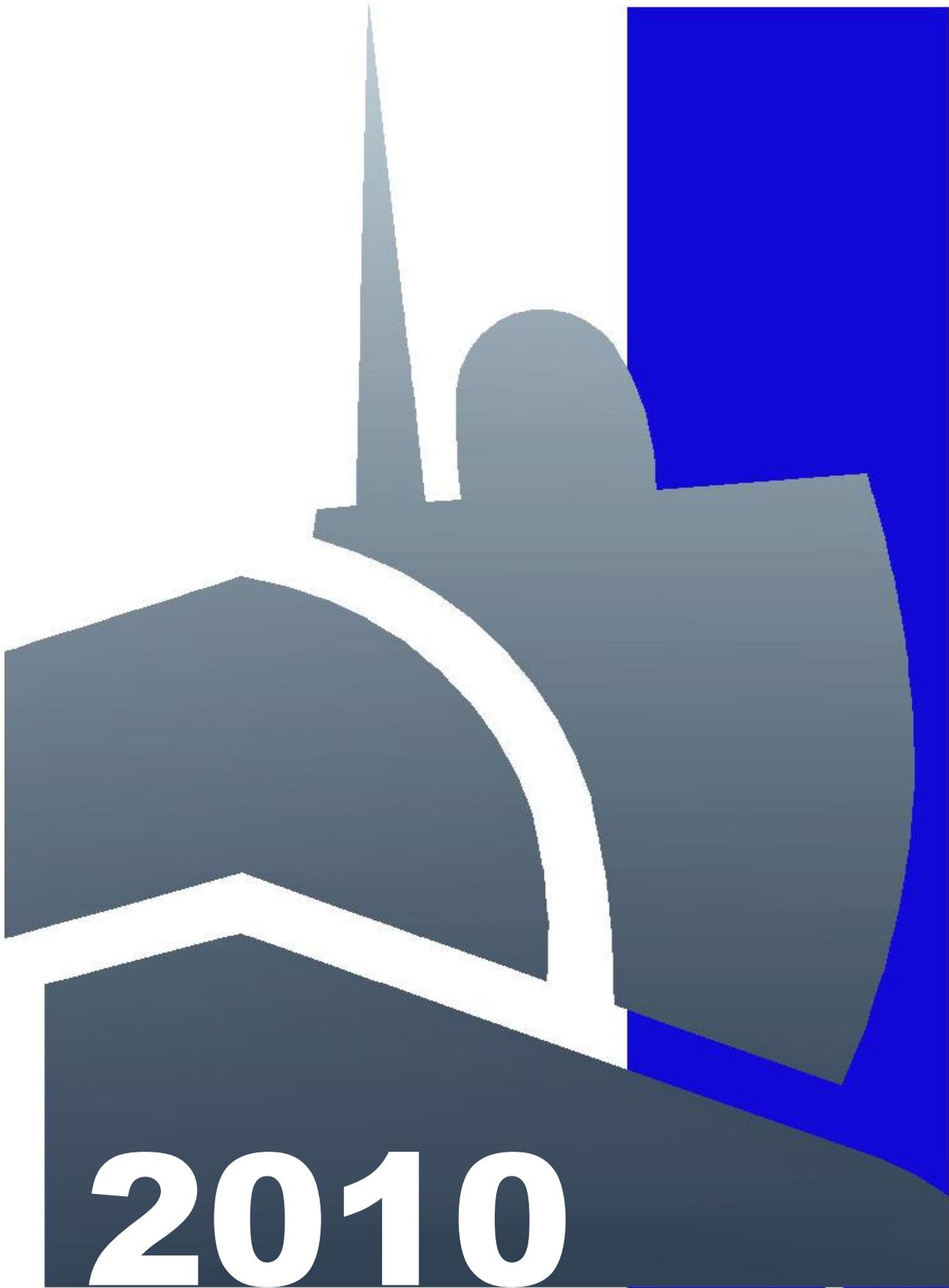
\* O endividamento líquido dos SMAS tem reflectido o despesa da faturação da água ao município

\*\* Para os SMAS refere-se exclusivamente à dívida à EDP

\*\*\* Consideradas para efeitos de cálculo dos limites do endividamento, isto é, deduzindo as contas 27.15.a, 27.19 e 23 excepção da

\*\*\*\* Os dados referem-se ao Hospital Lidador e ao os restantes da prestação de contas de fecho de contas de 2007





**2010**

**ANÁLISE PATRIMONIAL**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL

## ANÁLISE PATRIMONIAL

O presente capítulo encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e a extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da situação económica e financeira do Município à data de 30 de Junho de 2010.

Em termos de balanço, procede-se à comparação dos dados financeiros do primeiro semestre de 2010 com os dados evidenciados no final do ano 2009, em valores líquidos. Ao nível da demonstração de resultados, essa comparação é efectuada relativamente a períodos homólogos, isto é, primeiro semestre dos respectivos anos.

## BALANÇO

RUBRICAS	Datas		Variação	
	30.Jun.2010	31.Dez.2009	Valor	%
<b>ACTIVO</b>				
<b>Activo Não Corrente</b>				
Imobilizado	453.624.272	471.436.033	-17.811.760	-3,8%
	<b>453.624.272</b>	<b>471.436.033</b>	<b>-17.811.760</b>	<b>-3,8%</b>
<b>Activo Corrente</b>				
Existências	719.035	824.553	-105.518	-12,8%
Dívidas de Terceiros	6.591.269	4.436.297	2.154.972	48,6%
Disponibilidades	5.662.038	5.848.268	-186.230	-3,2%
Acréscimos e diferimentos	2.138.420	1.675.359	463.061	27,6%
	<b>15.110.762</b>	<b>12.784.477</b>	<b>2.326.285</b>	<b>18,2%</b>
<b>Total do activo</b>	<b>468.735.034</b>	<b>484.220.509</b>	<b>-15.485.475</b>	<b>-3,2%</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>				
<b>Fundos Próprios</b>				
Património	297.872.536	312.851.256	-14.978.720	-4,8%
Ajustamentos de partes de capital em Empresas	-14.964	-14.964	0	0,0%
Reservas	16.655.596	16.104.772	550.824	3,4%
Resultados transitados	103.883	101.088	2.795	2,8%
Resultado líquido do exercício	950.026	437.270	512.755	117,3%
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>315.567.076</b>	<b>329.479.422</b>	<b>-13.912.346</b>	<b>-4,2%</b>
<b>Passivo não Corrente</b>				
Provisões	500.000	500.000		0,0%
Empréstimos obtidos	56.404.659	60.241.183	-3.836.524	-6,4%
	<b>56.904.659</b>	<b>60.741.183</b>	<b>-3.836.524</b>	<b>-6,3%</b>
<b>Passivo Corrente</b>				
Dívidas a Terceiros	33.615.786	30.091.938	3.523.848	11,7%
Acréscimos e diferimentos	62.647.512	63.907.966	-1.260.453	-2,0%
	<b>96.263.299</b>	<b>93.999.904</b>	<b>2.263.395</b>	<b>2,4%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>153.167.958</b>	<b>154.741.087</b>	<b>-1.573.129</b>	<b>-1,0%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios e do Passivo</b>	<b>468.735.034</b>	<b>484.220.509</b>	<b>-15.485.475</b>	<b>-3,2%</b>

Un.: Euros

### Activo Não Corrente

O activo não corrente é no seu todo constituído pelo imobilizado, repartido por bens do domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros.

O comportamento do imobilizado caracterizou-se por um decréscimo do valor do imobilizado líquido, em cerca de 4%, contrariando a evolução ocorrida nos últimos anos, em que esta rubrica apresentou sempre valores crescentes. Esta situação decorreu do facto de se ter procedido a um conjunto de regularizações no agrupamento do imobilizado em curso - com especial impacto no imobilizado corpóreo e nos bens de domínio público e com repercussões quer ao nível do balanço inicial quer em resultados transitados - aliada ao aumento do montante das amortizações acumuladas.

Regista-se a inclusão em investimentos financeiros do valor de 5.000.000 € referente à Constituição do Fundo de Investimento Imobiliário “Praça Maior”, sendo a actual carteira de fundos de investimento imobiliário organizada e valorizada conforme segue.

OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS			
Natureza	30-06-2010		
	Unidades de Participação	Valor Nominal	Valor de Balanço
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golf)	5.500	1.000	5.500.000
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Imo)	6.000	1.000	6.000.000
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (Praça Maior)	5.000	1.000	5.000.000
			<b>16.500.000</b>

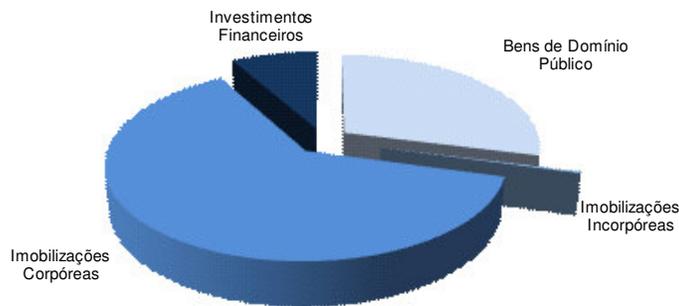
Un.: Euros

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO							
Designação	2009			1º Semestre 2010			
	Activo	Passivo	Resultado	Activo	Passivo	Capital do Fundo	Resultado
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe	13.612.485	8.477.795	-365.310	13.862.983	8.834.375	5.028.608	-106.083
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Maia Imo	12.052.705	6.102.491	-49.786	12.033.502	6.072.476	5.961.026	10.811
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Praça Maior	-	-	-	-	-	-	-

Un.: Euros

O imobilizado continua a ser a parte do activo com maior expressão, absorvendo cerca de 97% do seu valor, recaindo a maior representatividade nas imobilizações corpóreas e nos bens de domínio público, perspectiva esta patente no gráfico seguinte.

**Estrutura do Activo Não Corrente a 30.Jun.2010**



### **Activo Corrente**

O activo corrente, fundado nas existências, dívidas de terceiros, disponibilidades e acréscimos e diferimentos, representa cerca de 3% do activo, e comparativamente a 31 de Dezembro de 2009 apresenta uma oscilação positiva de 18%.

A materialidade dos seus agregados difere, concentrando-se nas dívidas de terceiros e nas disponibilidades os maiores montantes.

O quadro seguinte evidencia as rubricas objecto de contabilização das dívidas de terceiros e suas variações, num total de 2.154.972 €, tendo este sido o grande grupo responsável pelo aumento verificado no activo corrente.

<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>			
	<b>31-Dez-2009</b>	<b>30-Jun-2010</b>	<b>Variação 2009/2010</b>
Empréstimos Concedidos	39.470	55.165	39,8%
Clientes/Contribuintes e Utentes c/c	138.026	604.359	337,9%
Devedores de Transferências para as Autarquias Locais	1509.922	2.084.033	38,0%
Outros Devedores	1506.864	2.349.182	55,9%
Estado e Outros Entes Públicos	316	0	-100,0%
Clientes/Contrib./Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	10.672.284	10.817.124	1,4%
Provisões	-9.430.586	-9.318.595	-1,2%
<b>TOTAL</b>	<b>4.436.297</b>	<b>6.591.269</b>	<b>48,6%</b>

Un.: Euros

Sobressaem os aumentos verificados nas rubricas de “Clientes, Contribuintes e Utentes c/c”, “Devedores de Transferências para as Autarquias Locais” e “Outros Devedores”, a que se deve 87% da variação total das dívidas de terceiros. O aumento patenteado em “Clientes, Contribuintes e Utentes c/c” é justificado pela cobrança do valor de 430.834 € à empresa PORTGAS – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., por conta do licenciamento anual de ocupação do domínio público.

A execução dos projectos de investimentos co-financiados por Fundos Comunitários ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional, designadamente os indexados à Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, está na origem do acréscimo aferido em “Devedores de Transferências para as Autarquias Locais”, na sequência dos pedidos de pagamento formulados.

A constituição do Fundo de Investimento Imobiliário “Praça Maior” influíu na projecção da dívida de terceiros reflectiva em “Outros Devedores”, na medida em que se procedeu à contabilização do valor de 1.000.000,00 €, cujo recebimento, indexado à concretização do financiamento do fundo, decorrerá num espaço móvel de 3 anos.

O valor global da dívida de terceiros de cobrança duvidosa oscilou ligeiramente, assim como o montante das provisões para o efeito constituídas, cuja explicitação consta do quadro seguinte.

		PROVISÕES			
		1º Semestre 2010			
		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291	Provisões para cobranças duvidosas	9.430.585	41.461	153.452	9.318.594
292	Provisões para riscos e encargos	500.000	0	0	500.000
39	Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49	Provisões para investimentos financeiros	415.094	95.272	0	510.366
<b>Total de Provisões</b>		<b>10.345.679</b>	<b>136.733</b>	<b>153.452</b>	<b>10.328.960</b>

Un.: Euros

A 30 de Junho de 2010, o reconhecimento de custos e proveitos de natureza activa fixou-se em 2.138.420 €, cabendo a Acréscimos de Proveitos o valor de 2.020.787 € e a Custos Diferidos o de 117.633 €. A parcela dominante dos acréscimos e diferimentos respeita a Impostos e Taxas cobrados pela Administração Central até ao final do primeiro semestre de 2010, sobretudo no mês de Junho, a transferir para o Município em período imediato.

Finaliza-se a apreciação do activo corrente com a alusão às disponibilidades, cujo montante a 30 de Junho de 2010 ascendeu a 5.662.038 €, dos quais 5.639.659 € provêm de depósitos em Instituições de Crédito e 22.380 € de caixa.

## Passivo

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e Não Orçamentais			
	31-Dez-09	30-Jun-10	Variação
Dívidas de Médio e Longo Prazo	67.909.742	64.077.487	-5,6%
Dívidas de Curto Prazo	22.423.379	25.942.958	15,7%
<b>Total</b>	<b>90.333.121</b>	<b>90.020.446</b>	<b>-0,3%</b>

Un.: Euros

O passivo não corrente, que inclui as provisões, os empréstimos obtidos de médio e longo prazo e os fornecedores de imobilizado de médio e longo prazo, absorveu no primeiro semestre de 2010 o equivalente a 37% do passivo total, contrapondo com uma percentagem de 39% verificada no final do ano 2009.

A diminuição da dívida de médio e longo prazo verificada desde o final do transacto ano, de aproximadamente 6%, deve-se inteiramente à amortização dos empréstimos que actualmente fazem parte do serviço de dívida do Município, a par da não contratação de novos financiamentos.

Neste ponto importa referir que o valor das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo cuja exigibilidade ocorre no decurso dos 12 meses seguintes a 30 de Junho de 2010, fixado em 7.461.363 €, onera as dívidas a terceiros de curto prazo que integram o Passivo Corrente.

Comparativamente a igual período do ano anterior, o conjunto dos débitos a terceiros apresenta um decréscimo de 0,3%, convindo no entanto analisar isoladamente as respectivas variações, atendendo à natureza da dívida, independentemente do seu posicionamento quanto à exigibilidade, e com distinção clara entre operações orçamentais e não orçamentais, relevando em particular as primeiras, dada a sua natureza.

DÍVIDAS A TERCEIROS			
	31-Dez-09	30-Jun-10	Variação
<b>Operações Orçamentais</b>			
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>67.909.742</b>	<b>64.077.487</b>	<b>-5,6%</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>17.648.816</b>	<b>21.067.095</b>	<b>19,4%</b>
Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes	29.200	29.200	0,0%
Fornecedores c/c (incluindo facturas em recepção/conferência)	1.787.016	2.133.625	19,4%
Fornecedores de Imobilizado c/c (incluindo facturas recepção/conferência)	10.394.811	13.229.470	27,3%
Estado e Outros Entes Públicos:	0	15.270	-
Outros Credores	5.437.788	5.659.530	4,1%
<b>Sub-Total</b>	<b>85.558.558</b>	<b>85.144.582</b>	<b>-0,5%</b>
<b>Operações Não Orçamentais</b>	<b>40.178</b>	<b>40.359</b>	<b>Variação</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>4.774.563</b>	<b>4.875.864</b>	<b>2,1%</b>
Clientes e Utentes c/ Cauções:	1.757.362	1.752.836	-0,3%
Fornecedores de Imobilizado c/ cauções	1.777.869	1.722.914	-3,1%
Estado e Outros Entes Públicos:	213.851	371.523	73,7%
Outros Credores	1.025.481	1.028.591	0,3%
<b>Sub-Total</b>	<b>4.774.563</b>	<b>4.875.864</b>	<b>2,1%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>90.333.121</b>	<b>90.020.446</b>	<b>-0,3%</b>

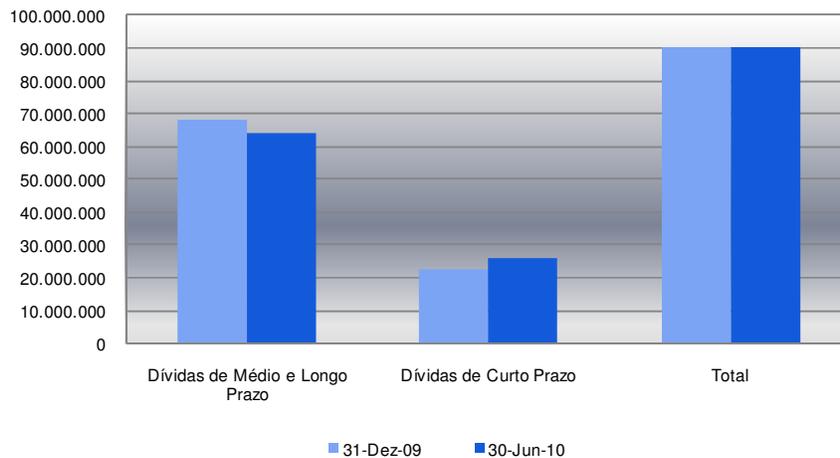
Un.: Euros

No que respeita a operações orçamentais, verifica-se que todos os grupos, com excepção do de “Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes”, que manteve o valor, registam a 30 de Junho de 2010 um aumento, porém com impacto diverso.

O acréscimo mais visível indexa-se a “Fornecedores de Imobilizado c/c”, no montante de 2.834.659 €, tendo sido manifestamente induzido pela facturação afecta à construção dos novos Centros Escolares. Refira-se como nota que no primeiro semestre de 2010 foi registado um volume de facturas na ordem dos 3.600.000 €, relativo aos Centros Escolares de Corim, Guarda, Gandra, Vermoim/Gueifães, D. Manuel II, Giesta e Maia.

Tratando-se de projectos co-financiados ao abrigo do QREN, não tendo sido os referidos encargos solvíveis nas datas de vencimento da respectiva facturação, designadamente na parte correspondente à percentagem do financiamento externo (70%), o processo de pagamento foi afectado negativamente pelos atrasos no recebimento das verbas oriundas das entidades externas, no seguimento dos pedidos de pagamento formalizados pelo Município, cujo montante consta das dívidas de terceiros.

**Dívidas a Terceiros - Variação 2009-2010**



O reconhecimento de custos e proveitos de natureza passiva ascendeu a 62.647. 512 €, correspondendo a Acréscimos de Custos o valor de 3.451.221 € e a Proveitos Diferidos o de 59.196.292 €, estes últimos essencialmente constituídos pelos subsídios para investimento e rendas.

Em subsídios para investimento encontram-se as comparticipações a obter no âmbito de projectos co-financiados, com reconhecimento do direito na medida dos pedidos de pagamento efectuados, fundamentalmente ao abrigo do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Nas rendas inclui-se o valor referente ao processo de cessão de créditos das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, promovido pela empresa Espaço Municipal, E.M., o qual é transferido para proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, referentes ao imobilizado que se encontra registado no património da Câmara Municipal e que é alvo de amortização.

### Fundos Próprios

No final do primeiro semestre de 2010, o valor total dos Fundos Próprios apresenta uma diminuição comparativamente a 31 de Dezembro do transacto ano, com impacto substancial no Património, devendo-se tal circunstância a regularizações efectuadas com repercussão à data de implementação do POCAL, com equivalência em valores contabilizados em imobilizados em curso.

Anota-se ainda a formação de um resultado líquido no semestre que ascendeu a 950.026 €.

A exemplo do verificado em períodos anteriores, mais uma vez se regista a indispensabilidade de terem ocorrido regularizações ao balanço inicial e a exercícios anteriores, na consequência da identificação de factos com reflexo na composição do património municipal e que à data não foram devidamente relevados.

A estrutura detalhada dos Fundos Próprios e a evidência dos movimentos associados consta de seguida.

FUNDO PATRIMONIAL				
1º Semestre 2010				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<b>51 Património</b>	<b>312.851.256</b>	<b>4.759.089</b>	<b>19.737.808</b>	<b>297.872.536</b>
511 Património Inicial	249.736.100	4.343.682	19.737.808	234.341.973
511.1 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
511.2 Correções ao Balanço Inicial	59.845.071	4.343.682	19.737.808	44.450.944
512 Património Adquirido	63.115.156	415.407	0	63.530.563
<b>55 Ajustamentos de partes de capital em empresas</b>	<b>-14.964</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-14.964</b>
<b>56 Reservas de Reavaliação</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>57 Reservas</b>	<b>16.104.772</b>	<b>551.196</b>	<b>373</b>	<b>16.655.595</b>
571 Reservas Legais	3.321.850	21.864	0	3.343.714
575 Subsídios	261.249	0	0	261.249
576 Doações	4.273.904	177.595	373	4.451.127
577 Reservas decorrentes da transferências activos	2.100.329	0	0	2.100.329
578 Cedências	2.988.899	351.738	0	3.340.637
579 Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
<b>59 Resultados Transitados</b>	<b>101.088</b>	<b>3.743.715</b>	<b>3.740.920</b>	<b>103.883</b>
<b>Totais</b>	<b>329.042.152</b>	<b>9.054.000</b>	<b>23.479.101</b>	<b>314.617.051</b>

Un.: Euros

## RESULTADOS

RUBRICAS	PERÍODOS		Variação	
	30-06-2010	30-06-2009	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	2.951.100	2.927.119	23.981	0,8%
Impostos e Taxas	17.149.947	18.867.443	-1.717.495	-9,1%
Outros Proventos Operacionais	8.458.791	8.136.586	322.205	4,0%
	<b>28.559.839</b>	<b>29.931.148</b>	<b>-1.371.309</b>	<b>-4,6%</b>
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	654.120	666.963	-12.843	-1,9%
Fornecimento e Serviços Externos	6.676.688	6.684.149	-7.461	-0,1%
Custos com Pessoal	9.811.874	9.923.493	-111.619	-1,1%
Transferências	3.642.592	3.416.279	226.313	6,6%
Outros Custos Operacionais	97.146	84.277	12.869	15,3%
	<b>20.882.420</b>	<b>20.775.161</b>	<b>107.260</b>	<b>0,5%</b>
<b>Excedente Bruto de Exploração</b>	<b>7.677.418</b>	<b>9.155.987</b>	<b>-1.478.569</b>	<b>-16,1%</b>
Gastos não desembolsáveis (amortizações + provisões)	7.375.051	7.579.893	-204.842	-2,7%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>302.367</b>	<b>1.576.094</b>	<b>-1.273.727</b>	<b>-80,8%</b>
Gastos Financeiros Líquidos (68-78)	741.822	1.026.147	-284.325	-27,7%
Resultados Extraordinários (69-79)	-1.389.481	1.730.135	-3.119.616	-180,3%
<b>Resultado do Período</b>	<b>950.026</b>	<b>-1.180.188</b>	<b>2.130.214</b>	<b>-180,5%</b>

Un.: Euros

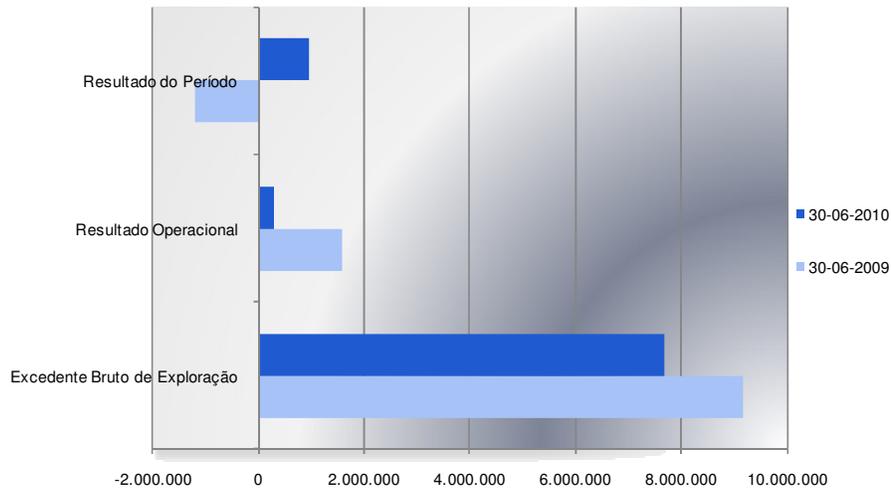
Permanecendo a actividade operacional do Município como o elemento propulsor da criação de um excedente de exploração positivo, mostra-se todavia uma diminuição face ao período homólogo de 2009, cuja variação se fez sentir sobretudo na rubrica de “Impostos e Taxas”, designadamente no produto da derrama, cuja cobrança dista em 2.365.235 € da verificada no ano anterior, traduzindo um violento abatimento na ordem dos 80%. A cobrança do imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis registou também um decréscimo na ordem dos 22% (782.153 €).

Comportamento inverso apresentou o imposto sobre imóveis, que, a par das taxas de loteamentos e obras, comportam um aumento global de 1.249.583 €, cuja performance aligeirou o impacto negativo vindo do grupo de impostos e taxas

O aumento dos custos operacionais, em 1%, deriva das “Transferências”, e deve-se à contabilização regular em 2010 do subsídio mensal atribuído no âmbito do contrato de gestão com a empresa municipal Academia das Artes da Maia, EEM, cujo processamento não se reflectiu no primeiro semestre de 2009, uma vez que o visto do Tribunal de Contas foi concedido em 23 Setembro de 2009, não tendo no entanto sido reconhecido o custo, como deveria, em cumprimento do princípio da especialização.

Afastados que sejam os “Outros Custos Operacionais”, com diminuta materialidade, as demais rubricas do ciclo de exploração denotam uma diminuição.

Considerado o excedente bruto de exploração e os valores dos gastos não desembolsáveis, referentes a amortizações e a provisões, o resultado operacional, embora manifestamente inferior ao registado no período homólogo, ascende a um montante positivo de 302.367 €.



Os gastos financeiros líquidos reduziram 284.325 € face a igual período do ano anterior, cujo principal contributo adveio da diminuição dos juros suportados com empréstimos bancários.

O ciclo de resultados extraordinários, que no primeiro semestre de 2009 se situou em terreno negativo, inflecte em 2010 essa tendência, apresentando proveitos superiores aos custos do período. Tal deveu-se, fundamentalmente, à contabilização em 2009 do montante de 2.170.000 € referente ao subsídio de exploração de 2008 à empresa municipal Maiambiente, em resultado da concessão de visto pelo Tribunal de Contas, em 18 de Junho daquele ano, ao contrato de gestão celebrado com o Município da Maia. Por outro lado, os proveitos extraordinários registam a 30 de Junho de 2010 um modesto aumento de 478.591 € repartido pela grande maioria das suas rubricas.





2010

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



**BALANÇO**

ANO 1º Semestre 2010  
PAG. 1

ENTIDADE:

MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		1º Semestre 2010			2009
		AB	A/P	AL	AL
	<b>Imobilizado:</b>				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	17.565.495,55		17.565.495,55	17.177.645,48
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	158.285.640,45	65.505.934,36	92.779.706,09	92.840.632,41
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.220.438,96	88.938,78	1.131.500,18	1.137.650,32
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	19.941.110,52		19.941.110,52	30.623.295,46
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		<b>197.012.685,48</b>	<b>65.594.873,14</b>	<b>131.417.812,34</b>	<b>141.779.223,67</b>
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
431	Despesas de instalação	1.367.253,06	1.254.263,30	112.989,76	43.051,52
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.301.812,82	1.094.571,66	207.241,16	163.637,11
443	Imobilizações em curso	989.449,66		989.449,66	1.020.069,75
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		<b>3.658.515,54</b>	<b>2.348.834,96</b>	<b>1.309.680,58</b>	<b>1.226.758,38</b>
	<b>Imobilizações corpóreas</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	42.125.153,46		42.125.153,46	42.366.242,92
422	Edifícios e outras construções	260.049.731,29	53.043.534,06	207.006.197,23	207.021.616,08
423	Equipamento básico	8.496.176,69	6.721.718,07	1.774.458,62	1.610.629,76
424	Equipamento de transporte	2.681.957,50	2.509.364,27	172.593,23	201.318,47
425	Ferramentas e utensílios	482.087,68	447.303,10	34.784,58	32.411,59
426	Equipamento administrativo	1.746.905,56	1.659.637,13	87.268,43	78.232,97
427	Terras e vasilhamas				
429	Outras imobilizações corpóreas	10.934.903,14	7.836.616,35	3.098.286,79	3.169.639,26
442	Imobilizações em curso	28.451.625,62		28.451.625,62	40.789.923,04
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	831.646,50		831.646,50	750.000,00
		<b>355.800.187,44</b>	<b>72.218.172,98</b>	<b>283.582.014,46</b>	<b>296.020.014,09</b>
	<b>Investimentos financeiros</b>				
411	Partes de capital	21.471.355,60	149.639,36	21.321.716,24	21.321.716,24
412	Obrigações e títulos de participação	3.414,77		3.414,77	3.414,77
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	16.500.000,00	510.366,00	15.989.634,00	11.084.905,55
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		<b>37.974.770,37</b>	<b>660.005,36</b>	<b>37.314.765,01</b>	<b>32.410.036,56</b>
	<b>Circulante</b>				
	<b>Existências</b>				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	647.462,27		647.462,27	752.979,94
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	71.572,87		71.572,87	71.572,87
37	Adiantamentos por conta de compras				
		<b>719.035,14</b>		<b>719.035,14</b>	<b>824.552,81</b>
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)</b>				
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>				
28	Empréstimos concedidos	55.164,81		55.164,81	39.469,83
211	Cientes c/c	7.846,34		7.846,34	1.874,51
212	Contribuintes c/c	498.994,42		498.994,42	93.151,91
213	Utentes c/c	97.518,51		97.518,51	42.999,63
218	Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	6.272.958,56	6.111.364,19	161.594,37	60.979,90
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2519	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos				316,16
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	8.977.380,69	3.207.230,34	5.770.150,35	4.197.504,90
		<b>15.909.863,33</b>	<b>9.318.594,53</b>	<b>6.591.268,80</b>	<b>4.436.296,84</b>
	<b>Títulos negociáveis</b>				
151	Accções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	<b>Depósitos em instituições financeiras e Caixa</b>				
12	Depósitos em instituições financeiras	5.639.658,64		5.639.658,64	5.624.075,63
11	Caixa	22.379,72		22.379,72	24.192,63
		<b>5.662.038,36</b>		<b>5.662.038,36</b>	<b>5.848.268,26</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
271	Acréscimos de proventos	2.020.786,96		2.020.786,96	1.609.380,44
272	Custos diferidos	117.632,69		117.632,69	65.978,22
		<b>2.138.419,65</b>		<b>2.138.419,65</b>	<b>1.675.358,66</b>
	<b>Total de amortizações .....</b>		<b>140.161.881,08</b>		
	<b>Total de provisões.....</b>		<b>9.978.599,89</b>		
	<b>Total do activo .....</b>	<b>618.875.515,31</b>	<b>150.140.480,97</b>	<b>468.735.034,34</b>	<b>484.220.509,27</b>

**BALANÇO**

ANO 1º Semestre 2010  
PAG. 2

ENTIDADE:

MUNICÍPIO DA MAIA

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		1º Semestre 2010	2009
		AB	AL
	<b>Fundos próprios</b>		
51	Património	297.872.536,03	312.851.255,80
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-14.963,94	-14.963,94
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	3.343.713,82	3.321.850,30
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	261.248,58	261.248,58
576	Doações	4.451.126,67	4.273.904,00
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	2.100.329,37	2.100.329,37
578	Cedências	3.340.636,97	2.988.899,40
579	Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
59	Resultados transitados	103.882,73	101.087,93
88	Resultado líquido em exercício	950.025,65	437.270,44
		<b>315.567.076,22</b>	<b>329.479.422,22</b>
	<b>Passivo</b>		
292	Provisões para riscos e encargos	500.000,00	500.000,00
		<b>500.000,00</b>	<b>500.000,00</b>
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos (a)</b>		
2312	Empréstimos obtidos de MLP	55.188.733,95	58.919.525,06
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP	1.215.925,35	1.321.657,99
		<b>56.404.659,30</b>	<b>60.241.183,05</b>
	<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>		
2311	Empréstimos de curto prazo		
2312	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	7.461.362,87	7.457.093,93
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221+223	Fornecedores c/c	918.113,83	681.893,12
227+228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.215.511,30	1.105.123,37
232	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cações	1.752.835,79	1.757.361,92
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.200,00	29.200,00
2611+2612+2613+2614+2616	Fornecedores de imobilizado c/c	14.779.342,28	11.630.915,67
2615	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	173.041,28	541.764,23
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	211.465,28	211.465,28
24	Estado e outros entes públicos	386.792,80	213.851,32
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	6.698.121,01	6.463.269,43
		<b>33.615.786,44</b>	<b>30.091.938,27</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273	Acréscimos de custos	3.451.220,58	3.331.364,69
274	Proveitos diferidos	59.196.291,80	60.576.601,04
		<b>62.647.512,38</b>	<b>63.907.965,73</b>
		<b>153.167.958,12</b>	<b>154.741.087,05</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo .....</b>	<b>468.735.034,34</b>	<b>484.220.509,27</b>

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

ANO: 1º Semestre 2010

Código das Contas		Exercícios			
		1º Semestre 2010		1º Semestre 2009	
	<b>Custos e Perdas</b>				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	1.573,90		24.879,18	
	Matérias	652.546,15	654.120,05	642.083,81	666.962,99
62	Fornecimentos e serviços externos		6.676.688,22		6.684.148,72
64	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	8.337.346,34		8.362.913,14	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões	7.862,80		6.446,82	
	Outros	1.466.665,03	9.811.874,17	1.554.132,79	9.923.492,75
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		3.642.591,77		3.416.279,02
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício		7.333.590,30		7.014.177,83
67	Provisões		41.461,18		565.715,57
65	Outros custos e perdas operacionais		97.146,18		84.277,14
	(A)		28.257.471,87		28.355.054,02
68	Custos e Perdas Financeiras		1.110.952,99		1.422.324,45
	(C)		29.368.424,86		29.777.378,47
69	Custos e perdas extraordinárias		1.095.061,42		3.736.085,78
	(E)		30.463.486,28		33.513.464,25
88	Resultado Líquido do exercício		950.025,65		-1.180.188,06
			31.413.511,93		32.333.276,19
	<b>Proveitos e Ganhos</b>				
71	Vendas :				
	Mercadorias	451,08		1.477,24	
	Venda de produtos	1.031,13			
	Prestações de Serviços	1.783.611,62		1.680.794,98	
	Rendas + Seminários, exposições e similares	1.166.006,03	2.951.099,86	1.244.846,79	2.927.119,01
72	Impostos, taxas, Outros		17.149.947,45		18.867.442,54
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares		21.974,95		416,67
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742+743	Outras	8.433.415,32	8.433.415,32	8.097.649,64	8.097.649,64
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		3.400,95		38.519,68
	(B)		28.559.838,53		29.931.147,54
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		369.130,81		396.177,49
	(D)		28.928.969,34		30.327.325,03
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.484.542,59		2.005.951,16
	(F)		31.413.511,93		32.333.276,19
<b>Resumo:</b>					
Resultados Operacionais:(B)-(A)=			302.366,66		1.576.093,52
Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=			-741.822,18		-1.026.147
Resultados Correntes:(D)-(C)=			-439.455,52		549.946,56
Resultado Líquido do Exercício:(F)-(E)=			950.025,65		-1.180.188,06

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS**

ANO: 1º Semestre 2010

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	30.Jun.2010	30.Jun.2009		30.Jun.2010	30.Jun.2009
68.1 Juros Suportados	1.000.601,01	1.328.092,88	78.1 Juros Obtidos	29.117,68	64.500,75
68.2 Perdas em Entidades Participadas			78.2 Ganhos em Entidades Participadas		
68.3 Amortizações de Investimentos em Imóveis			78.3 Rendimentos de Imóveis	4.640,74	5.801,86
68.4 Provisões para aplicações financeiras	95.271,55	48.693,40	78.4 Rendimentos de participação de capital	237.324,23	114.053,11
68.5 Diferenças de Câmbios Desfavoráveis			78.5 Diferenças de Câmbio Favorável		
68.7 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			78.6 Desc. De pronto pagamento obtidos		1,00
68.8 Outros Custos e Perdas Financeiras	15.080,43	45.538,17	78.7 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>-741.822,18</b>	<b>-1.026.146,96</b>	78.8 Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	98.048,16	211.820,77
<b>TOTAL</b>	<b>369.130,81</b>	<b>396.177,49</b>	<b>TOTAL</b>	<b>369.130,81</b>	<b>396.177,49</b>

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS**

ANO: 1º Semestre 2010

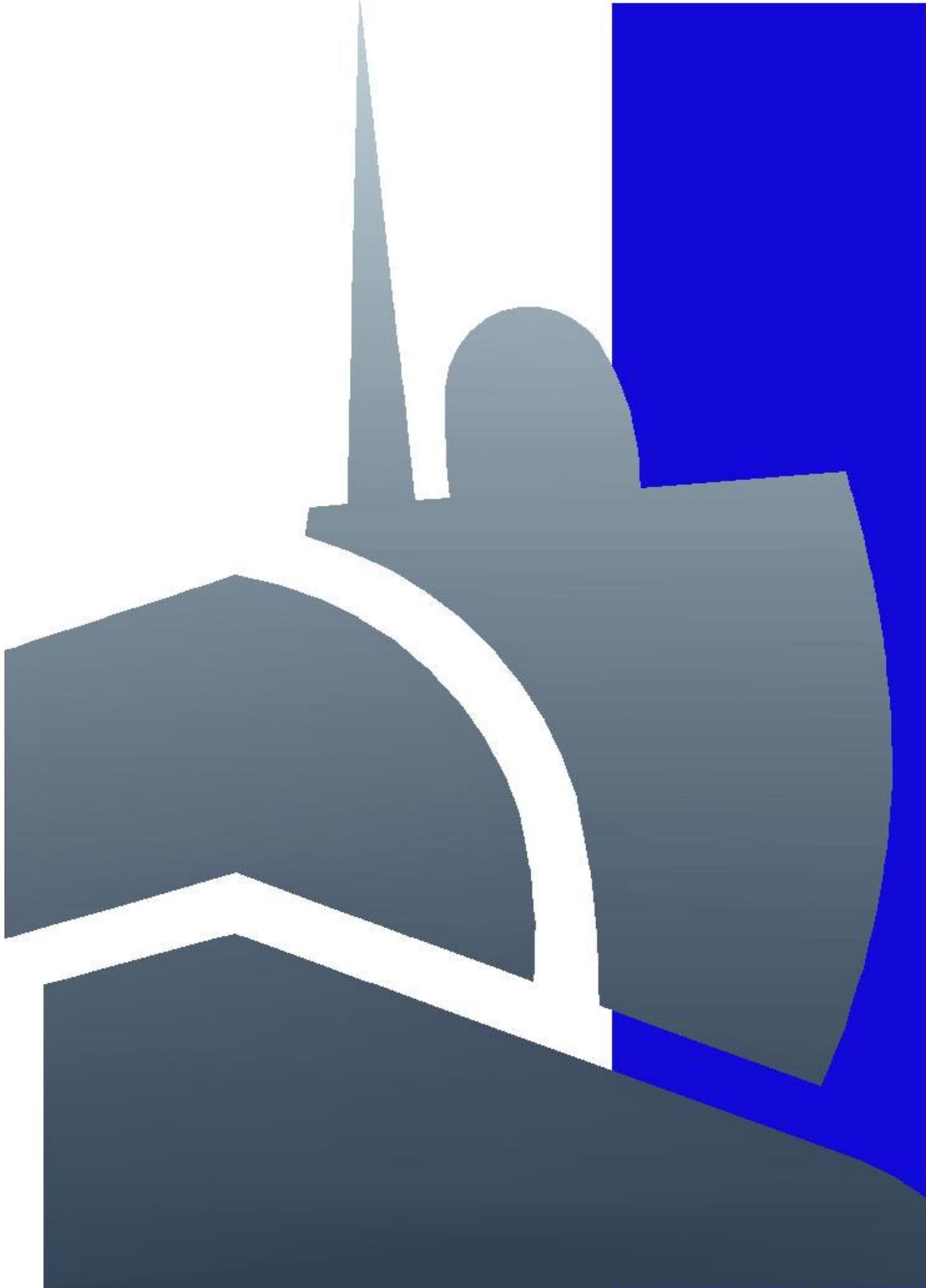
CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	30.Jun.2010	30.Jun.2009		30.Jun.2010	30.Jun.2009
69.1 Transferências de Capital Concedidas	1.015.892,02	954.064,93	79.1 Restituições de Impostos		
69.2 Dívidas Incobráveis			79.2 Recuperação de Dívidas		
69.3 Perdas em Existências			79.3 Ganhos em Existências		
69.4 Perdas em Imobilizações	391,73	82.322,62	79.4 Ganhos em Imobilizações	1.120.045,97	1.041.754,85
69.5 Multas e Penalidades	420,75		79.5 Benefícios de penalizações contratuais	65.011,15	52.582,26
69.6 Aumentos Amortizações Provisões			79.6 Reduções de amortizações e provisões	153.452,26	
69.7 Correções relativos a exercícios anteriores	38.238,14	2.675.585,65	79.7 Correções relativos a exercícios anteriores	304.498,35	73.033,97
69.8 Outros Custos e Perdas Extraordinários	40.118,78	24.112,58	79.8 Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	841.534,86	838.580,08
<b>RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>1.389.481,17</b>	<b>-1.730.134,62</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.484.542,99</b>	<b>2.005.951,16</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.484.542,99</b>	<b>2.005.951,16</b>			

ORGÃO EXECUTIVO

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

ORGÃO DELIBERATIVO

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_



**RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



Ao  
Órgão Deliberativo do  
**Município da Maia**  
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho  
4474-006 Maia  
Portugal

Maia, 16 de Setembro de 2010

**Relatório Síntese de Conclusões – Situação Económica e Financeira a  
30-06-2010**

Nos termos da alínea d) do n.º 3 do Artº 48 da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, remetemos a V. Exas. Relatório Síntese de Conclusões com referência ao período findo em 30 de Junho de 2010.

Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pelo Município para o efeito.

Relembramos que os procedimentos de auditoria utilizados na revisão desta informação semestral consistiram essencialmente na execução de Procedimentos Analíticos Substantivos (indagações; comparações; análises de razoabilidade; etc.), os quais não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais. No entanto, pese o facto de existir essa limitação, e tendo em conta o conhecimento acumulado do passado relativamente ao Município, os mesmos são desenhados de forma a que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detectadas.

Os dados semestrais inerentes às conclusões ora apresentadas são os seguintes: Balanço – 468.735.034 €; Fundos Próprios – 315.567.076 €; Resultado Líquido do Exercício – 950.026 €; Despesa Paga – 31.259.766 € e Receita Cobrada – 30.972.236 €.



Município da Maia

## **1 Imobilizações Corpóreas e bens de Domínio Público**

Como aspectos relevantes que entendemos levar ao conhecimento de V. Exas. relacionadas com as Demonstrações Financeiras Semestrais, destacamos os seguintes:

- i) O Imobilizado do Município representa, à data de 30-06-2010, cerca de 97% do total do Activo, dos quais 29% são constituídos por Bens do Domínio Público;
- ii) Conforme referido na “Análise Patrimonial” preparada pelos Serviços e nos sucessivos relatórios de Prestação de Contas, o Município encontra-se num processo de actualização e recuperação de cadastro dos diferentes bens de imobilizado, donde têm resultado correcções sucessivas ao Balanço Inicial;
- iii) As principais variações negativas no Imobilizado decorrem de regularizações efectuadas no cadastro de imobilizado, processo que se iniciou em 2008 e cuja previsão de conclusão aponta para o final de 2010. Deste processo, resultaram regularizações no Imobilizado em Curso (Bens do Domínio Público - valor aproximado de 7,8 M €; Imobilizado Corpóreo - cerca de 11,7 M €). Estas regularizações tiveram por contrapartida a rubrica de Fundos Próprios;
- iv) No final deste 1º Semestre ainda se verifica uma diferença no montante aproximado de 27 M € entre o Imobilizado em Curso registado na Contabilidade e o Imobilizado em Curso registado na aplicação informática do Património do Município. Esta diferença (valor superior na Contabilidade), prevê-se que fique sanada aquando da completa actualização dos dados de cadastro, não se esperando que daí resultem diferenças materialmente significativas que coloquem em causa a leitura destas Demonstrações Financeiras; e
- v) No que respeita a variações positivas (incrementos patrimoniais), destaque para o volume de obras em Centros Escolares, que no Semestre em análise ascendeu a cerca de 5 M €.

## **2 Investimentos Financeiros**

2.1 A variação ocorrida nesta rubrica relaciona-se com a constituição de um novo Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (FEIIF), designado por Praça Maior, no valor de 5 M €. No final do 1º Semestre-2010 o Município detém 100% de 3 (três) FEIIF's, registados contabilisticamente pelo valor de 16,5 M €. Estes fundos apresentam Passivos na ordem dos 14,9 M € (em 31-12-2009 o Passivo ascendia a cerca de 14,6 M €). Considerando a valorização do mercado dos fundos constituídos, o Município procedeu ao reforço das Provisões em cerca de 95.000 €, correspondente à desvalorização face a 2009.

**Município da Maia**

2.2 Contrariamente ao nosso entendimento, o Município não adopta o Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para registo das suas participações financeiras. O impacto da não aplicação do MEP à data de 30-06-2010, apesar de não ser de tal forma significativo ao ponto de provocar distorções relevantes na leitura das Demonstrações Financeiras ora apresentadas, pode ser apresentado da seguinte forma (valores em €):

Entidade	% Detida	Valor Contabilístico	Ajustamentos Necessários		
			Investimentos Financeiros	Fundos Próprios	Provisões
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100%	124.699	112.747	(112.747)	
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M.	100%	49.880	5.720	(5.720)	
Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100%	1.496.394	1.010.371	(1.010.371)	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Patrim., E.M.	100%	13.336.639	(174.329)	174.329	
TUM - Transportes Urbanos da Maia, E.M.	100%	124.699	(110.046)	110.046	
RENOVARUM - Renovação Urbana da Maia, Ld. <sup>1</sup>	100%	162.450	64.064	(64.064)	
MACMAI - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Lda.	100%	0,00	0	181.807	(181.807)
TECMAIA - Parque Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	51%	2.799.390	(1.724.135)	1.724.135	
PARQUE MAIOR - Reabilitação Urbana da Maia, S.A.	25%	1.250.000	(176.409)	176.409	
<b>Total</b>		<b>19.344.151</b>	<b>(992.017)</b>	<b>1.173.824</b>	<b>(181.807)</b>

Os valores constantes das colunas de "Ajustamentos Necessários", foram apurados da seguinte forma:

- i) Comparação entre o montante constante da rubrica Investimentos Financeiros do Município da Maia com os Capitais Próprios das participadas, com referência ao 1º Semestre-2010<sup>1</sup> (dado não termos recebido até ao momento as contas da MACMAI referentes a Junho de 2010, considerou-se que esta participada não teve qualquer movimento no período);

<sup>1</sup> Não tendo sido recebidas até ao momento contas da MacMai, Lda. referentes a Junho-2010, considerou-se que esta participada não teve qualquer movimento no período.

**Município da Maia**

- ii) Quando essa diferença é positiva, ou seja, os Capitais Próprios da participada são superiores ao montante registado nas contas do Município, significa que estas teriam de ser ajustadas positivamente, aumentando em consequência o Activo e os Fundos Próprios;
- iii) Se ao invés o valor é negativo, ou seja os Capitais Próprios da participada são inferiores ao montante registado nas contas do Município, significa que estas teriam de ser ajustadas negativamente, diminuindo, em consequência, o Activo e os Fundos Próprios, mas tendo por limite a redução total do investimento; e
- iv) Se as perdas ultrapassarem o valor do investimento, ou seja, quando os Capitais Próprios da participada são negativos, então o diferencial, na proporção do capital detido, terá de ser provisionado, presumindo-se que o detentor do capital assumiria a sua quota parte nas responsabilidades. Encontra-se nesta situação a MacMai, Lda. (181.807 €), com as limitações já anteriormente.

**3 Fundos Próprios**

Tal como mencionado no ponto 1 deste relatório, o Município procedeu a correcções de grande significado ao Balanço Inicial, num montante aproximado de 19,5 M €. A diferença entre este montante e o apurado por mera comparação entre 31-12-2009 e 30-06-2010 (cerca de 15 M €) relaciona-se com outros ajustamentos necessários, nomeadamente os associados às amortizações desses mesmos bens.

É convicção dos Serviços que após estas correcções, e pese o facto de o trabalho de análise ser constante, não existirão outras relevantes, associadas ao Balanço Inicial, que possam por em causa a credibilidade dos dados ora apresentados.

**4 Fornecedores de Imobilizado**

Trata-se da rubrica do Passivo com maior variação face a 31-12-2009 (acréscimo na ordem dos 2,7 M €), traduzindo o acréscimo de obra efectuada pelo Município, grande parte relacionada com o Projecto de Renovação do Parque Escolar.

**5 Impostos e Taxas**

É a rubrica de Proveitos mais relevante do Município, sublinhando-se a descida significativa nas sub-rubricas associadas à arrecadação de receita de IMT e Derrama, com descidas na ordem dos 782.000 € e 2,3 M €, respectivamente. Conforme consta da "Análise Orçamental" dos Serviços, esta redução não foi compensada pelo aumento das receitas de IMI (cerca de 830.000 €) e de IUC (cerca de 77.000 €), proporcionando um decréscimo global de proveitos em Impostos Directos na ordem dos 2,2 M €.



Município da Maia

## 6 Execução Orçamental (final do 1º Semestre-2010)

Como aspectos mais relevantes destacamos os seguintes:

- i) Receitas Correntes – o nível de execução ascende a cerca de 43%, com especial destaque para os Impostos Directos (39%) e Indirectos (34%);
- ii) Receitas de Capital – o nível de execução ascende apenas a cerca de 8% (executados cerca de 3,4 M € para um orçamento anual de 40,2 M €). Para a execução do Semestre contribuiu significativamente o resultado associado à constituição do novo FELIF (Praça Maior – cerca de 1 M €);
- iii) Despesas Correntes – o nível de execução ronda os 41%. Nesta execução destaque para a aquisição de bens e serviços, cuja execução ascendeu a cerca de 34% do orçamento anual;
- iv) Despesas de Capital – apresentam um nível de execução de 18% (cerca de 9,7 M € face a um orçamento de 53 M €).

## 7 Endividamento

Relativamente a esta matéria, os dados apontam para um “Limite de Endividamento Líquido” na ordem dos 58 M €, bastante acima dos cerca de 35 M € correspondentes ao endividamento líquido consolidado do Município. No final de 2009 esta “folga” ascendia a cerca de 16 M €.

No que se refere aos limites estabelecidos para a contracção de empréstimos de Médio e Longo Prazo, verifica-se ter sido excedida a capacidade de endividamento em cerca de 4,3 M € (no final de 2009 o valor ascendia a cerca de 7,2 M €).

Com os nossos melhores cumprimentos,

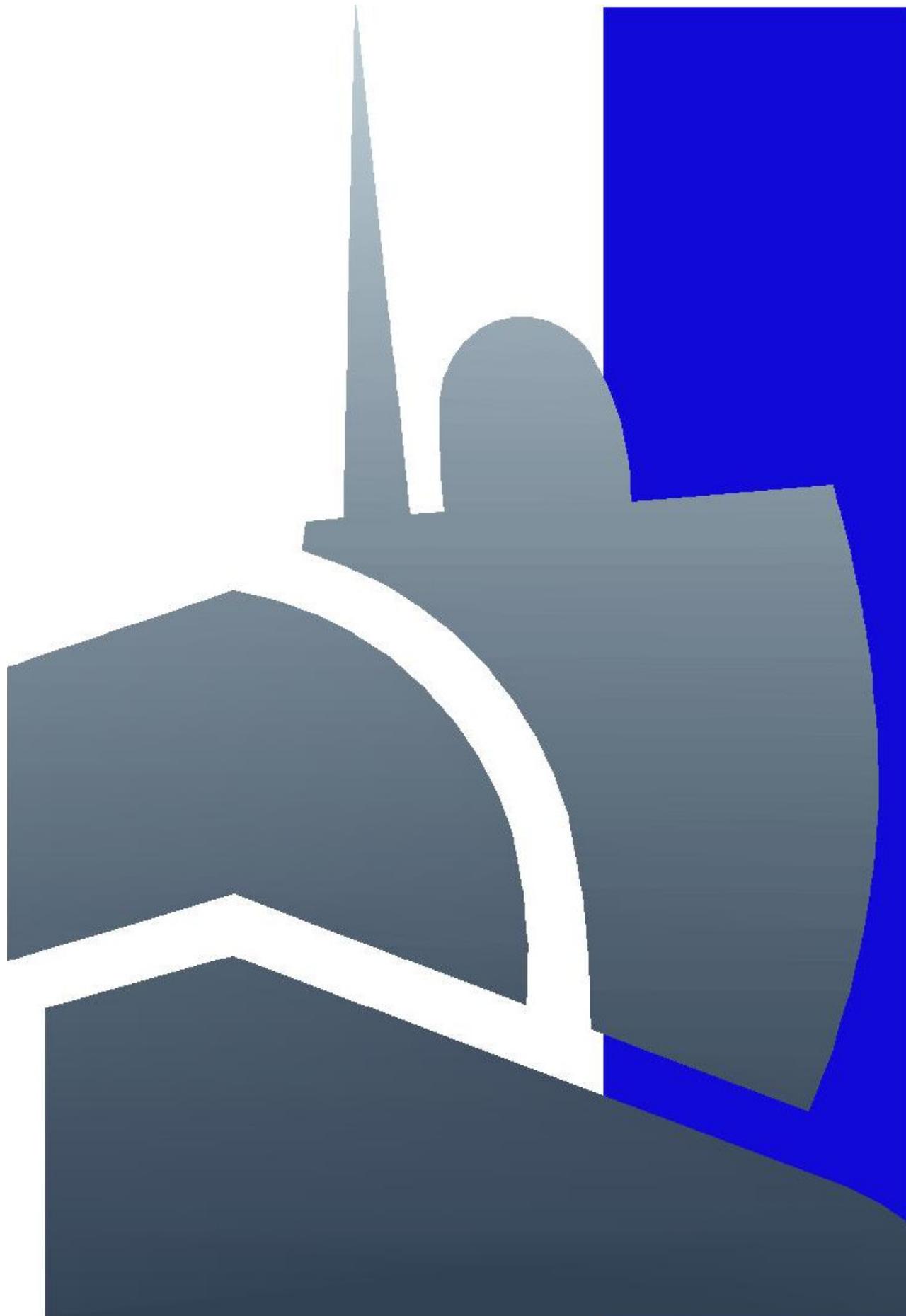
Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC





**maia**  
CĂMARA MUNICIPAL